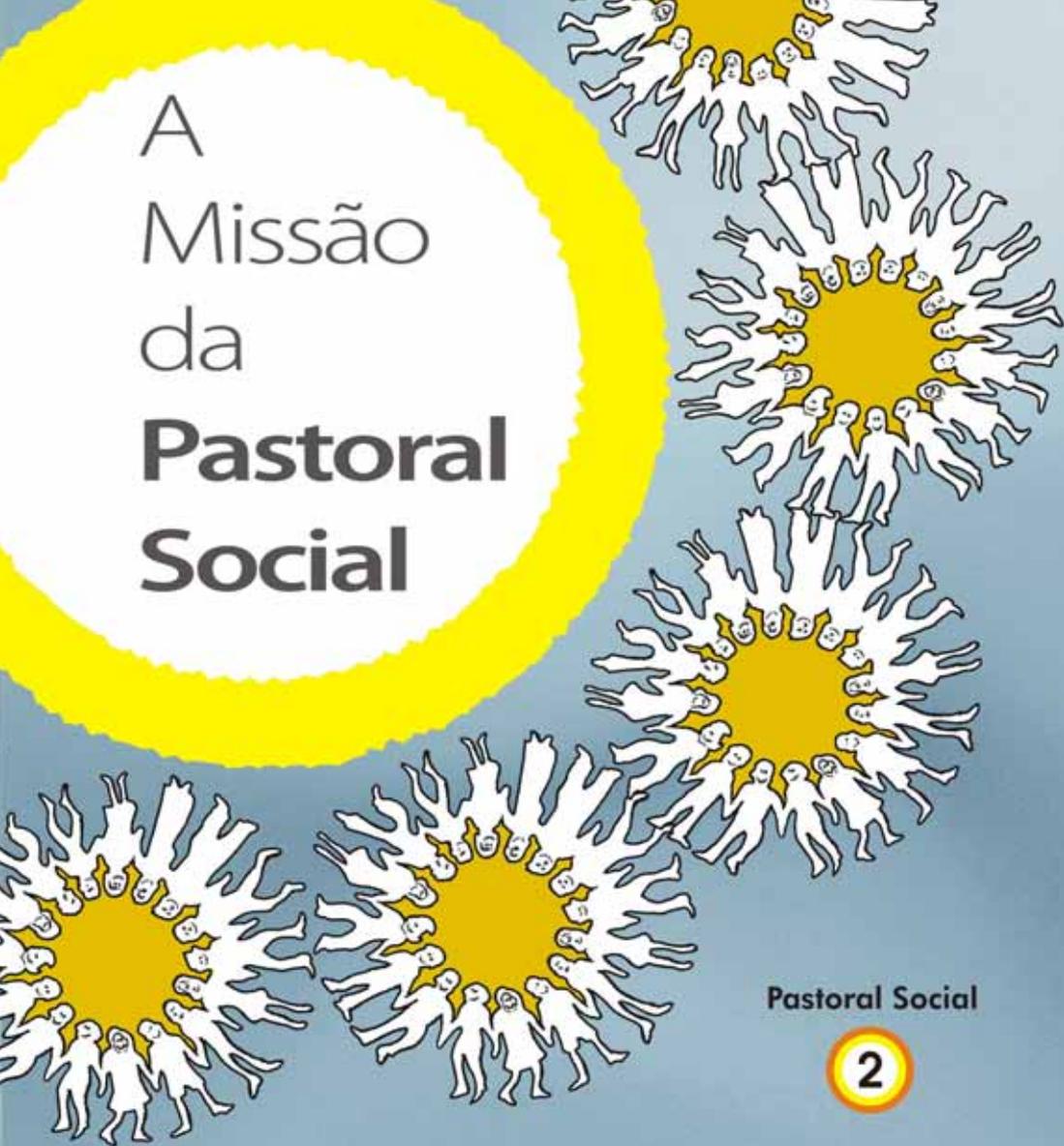


# A Missão da **Pastoral Social**



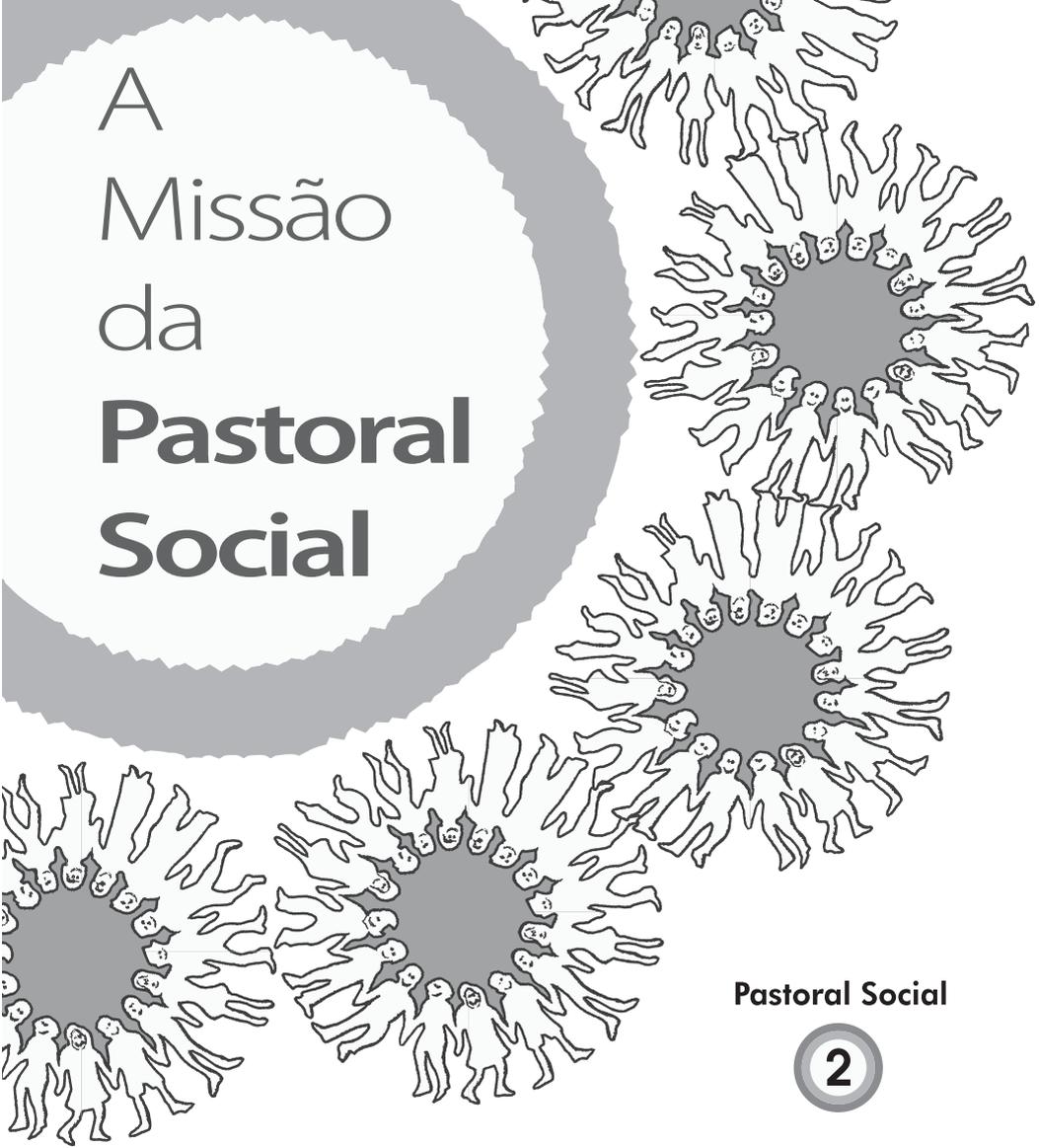
Pastoral Social

2

Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz



# A Missão da Pastoral Social



Pastoral Social

2

Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz



**Coordenação:**

Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz

**Coordenação Editorial:**

Pe. Valdeir dos Santos Goulart

**Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:**

Fábio Ney Koch dos Santos

**Ilustrações:**

Luis Henrique Alves Pinto

Marco Aurélio Funchal Camargo

**Equipe de redação:**

Pe. Alquermes Valvasori

Pe. Bernardo Lestienne

Ir. Delci Maria Franzen

Ivo Poletto

Frei José Bernardi

Neuza Mafra

**Revisão:**

Lúcia Soldera

**2ª - Edição (Revisada)****Edições CNBB**

SE/Sul Quadra 801, Conjunto "B"

CEP: 70401-900

Fone: (61) 2103-8383

Fax: (61) 3322-3130

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

Site: www.edicoescnbb.com.br

*Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita do autor - CNBB.*

---

C748m Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / A Missão da Pastoral Social.  
Brasília, Edições CNBB. 2008.

A Missão da Pastoral Social / CNBB.

136 p. : 14 x 21 cm

ISBN: 978-85-60263-28-8

1. Questões Sociais, Modo de vida, Teologia, Evangelização, Missão, Pedagogia, Igreja Católica.

# SUMÁRIO

Apresentação ..... 7

Introdução ..... 9

## Capítulo I

RETOMANDO A CAMINHADA ..... 13

1.1 Um pouco da história das origens ..... 13

Nasce a Pastoral da Terra ..... 15

Uma longa busca ..... 16

O parentesco com o CIMI numa história de colonização ..... 17

Pastorais num mundo marcado por conflitos ..... 18

O sentido de serem “pastorais” ..... 19

1.2 Os Desafios da Atualidade ..... 20

O que ainda é comum e o que é diferente ..... 23

Desafios para as Pastorais Sociais ..... 25

## Capítulo II

IDENTIDADE E MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL ..... 29

2.1 O que é a Pastoral Social ..... 31

2.2 A identidade da Pastoral Social ..... 32

2.3 Missão da Pastoral Social ..... 35

2.3 Sujeitos da Pastoral Social ..... 38

2.4 As Pastorais Sociais na CNBB ..... 40

2.5 Lugares da missão de Jesus

– Lugares da missão da Pastoral Social ..... 42

2.6 Partir em missão... é preciso ..... 48

## Capítulo III

### ESPIRITUALIDADE PARA UMA

AÇÃO TRANSFORMADORA.....	51
3.1 Mística e espiritualidade .....	53
3.2 As fontes da Espiritualidade Cristã .....	54
Convivência com os pobres .....	54
Palavra de Deus .....	54
Eucaristia .....	56
3.3 Espiritualidade para uma nova ação pastoral .....	57
Espiritualidade articulada com a prática .....	61
Espiritualidade alimentada no cotidiano .....	61
Espiritualidade no conflito .....	63

## Capítulo IV

### METODOLOGIA:

UM JEITO DE SER E DE AGIR .....	67
4.1 Direito ao socorro .....	68
4.2 Superar limitações, promover as pessoas .....	70
4.3 Construir um novo Brasil .....	72
4.4 Compromisso com as questões que envolvem toda a humanidade .....	77

## Capítulo V

### AÇÃO TRANSFORMADORA

E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE .....	81
5.1 Conhecer a realidade .....	82
Presença crítica na sociedade .....	82
Presença profética na Igreja .....	84
5.2 Um reconhecimento progressivo .....	85
Presença ativa na Igreja .....	86
Presença ativa na sociedade .....	88
5.3 Alguns fundamentos das Pastorais Sociais .....	90
5.4 A Pastoral Social no Documento de Aparecida .....	92
5.5 Um futuro em construção .....	95

## Capítulo VI

ORGANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE .....	99
6.1 O agente de pastoral .....	100
6.2 A organização .....	101
6.3 A sustentabilidade.....	103
6.4 Critérios de ação .....	106

## Capítulo VII

DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS .....	111
Ser comunidades do povo e da Igreja.....	111
Crescer na articulação .....	112
Reforçar a pastoral de conjunto .....	113
Crescer no ecumenismo .....	114
Presença em todas as Igrejas locais .....	114
Melhorar a formação.....	114
Por uma Ética do Cuidado.....	116
Bibliografia .....	119
Sugestões para leitura complementar .....	121
Pastorais Sociais e Organismos da CNBB .....	122



## Apresentação

A Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB, apresenta com alegria, o livro *A Missão da Pastoral Social*. Elaborado a partir da reflexão sobre a prática das Pastorais Sociais, da Palavra de Deus e do Ensino Social da Igreja, oferece a todas as pessoas, comunidades, pastorais, um conteúdo voltado para a dinamização da dimensão social da missão da Igreja. Será leitura proveitosa para todos os animadores e animadoras das Pastorais Sociais e para todos os que, nas comunidades cristãs, prestam serviço aos mais pobres.

Um dos objetivos desta publicação é desencadear um processo de formação nos Regionais da CNBB, extensivo às dioceses e grupos de base. Uma renovada e permanente formação contribuirá para que as pessoas e as comunidades cristãs tenham a sensibilidade, a atitude e a coragem de Jesus em relação a todas as pessoas atingidas por doença, miséria, preconceito, discriminação, exploração, dominação e violência. De fato, “a Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas” (DA 402). A formação aprofundará temáticas ligadas ao compromisso social do cristão, à missão social da Igreja, à relação entre fé e política e à presença pública da Igreja.

As Pastorais Sociais, fortalecidas por este processo de formação, contribuirão para que a Igreja intensifique sua presença pública com vistas à transformação da sociedade. Elas testemunham o serviço da caridade na sociedade através de ações sócio-transformadoras, inspiradas pela caridade cristã, como lembra Bento XVI na Encíclica *Deus Caritas Est*. Presentes no mundo e, muitas vezes em situações de

fronteira social, as pastorais são parceiras das diversas organizações da sociedade, especialmente dos movimentos populares, na luta pela justiça e pelo bem comum. Precisam, por isso, preparação metodológica e política para que essa ação em conjunto seja uma presença aberta ao diálogo, à construção coletiva, à prática da democracia participativa. Evangelizadores pela palavra, vivem o desafio de serem fermento, sal e luz nas relações e nas estruturas da sociedade humana.

Certos de que Deus iluminará as iniciativas que nascerão das mensagens deste livro, resta desejar que todos os leitores e leitoras, numa atitude de diálogo, animem-se a dar continuidade à reflexão, na busca incessante da fidelidade à mensagem e à prática de Jesus.

**Dom Pedro Luiz Stringhini**

Bispo Auxiliar de São Paulo,  
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral  
para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz.

## Introdução

A experiência, espiritual e política, do conflito entre os que amam a Terra em favor da vida e os que a exploram em favor de seus interesses privados, tem tudo a ver com a publicação desse texto sobre a Missão da Pastoral Social. Trata-se de uma reflexão sobre o que devem ser e como devem agir na atualidade as Pastorais Sociais e Organismos que constituem a Pastoral Social. Desde o início, eles têm sido ação e palavra proféticas nos diferentes conflitos sociais, sempre em favor e em conjunto com os grupos e classes sociais que lutam pelo direito de viver com dignidade numa sociedade que não está centrada na vida.

Onde, como, por que ser presença profética no Brasil e no mundo de hoje? Essas foram as perguntas que desafiaram a equipe que elaborou os capítulos deste livro.

Colocando em prática o convite da Conferência de Aparecida, a presente publicação propõe-se a ser oportunidade de formação para e com os agentes militantes das Pastorais Sociais e base de reflexão para e com todos os Regionais da CNBB e todas as dioceses que desejam organizar ou reanimar sua Pastoral Social. Trata-se de organizar serviços que garantam a vivência de uma dimensão essencial da missão da Igreja: a prática do amor aos pobres e a todas as pessoas que sofrem injustiças.

Pessoas de diferentes pastorais e organismos colaboraram na redação deste livro. Ao retomar a riqueza e as fragilidades da história das Pastorais Sociais, ao aprofundar dimensões essenciais como a

missão, a identidade, a metodologia, a mística e a espiritualidade, a sustentabilidade, a presença atuante na Igreja e na Sociedade, as perspectivas desafiadoras, os autores não se propuseram a “dizer a última palavra”. Pelo contrário, seu desejo é convidar a todos os companheiros e companheiras das pastorais, bem como todas as pessoas desejosas de compreender com maior profundidade o sentido e a necessidade das Pastorais Sociais, a uma reflexão conjunta, com temas abertos à contribuição de todas e todos. Que seja uma reflexão cristã, isto é, a partir de Jesus de Nazaré: ouvir, descobrir, aprofundar para colocar em prática - uma prática que produza bons frutos de transformação das situações de vida e da própria vida das pessoas, de tal modo que seja uma oferta que agrade ao Senhor, vivendo eucaristicamente o amor a Deus e ao próximo.

Estamos, hoje mais do que nunca, sendo desafiados a viver, as virtudes da simplicidade e da solidariedade, qualidades dos pobres e das crianças. É o grito da Mãe Terra que nos pede isso. Ela já não dá conta de manter o equilíbrio necessário à vida. O produtivismo e o consumismo capitalistas introduziram, e continuam implementando, no Brasil e no mundo, desastres sociais e alterações irreversíveis no meio ambiente da vida. Eles precisam ser denunciados corajosamente através do reconhecimento e da promoção de ações alternativas, bem como através da palavra, do jejum e da oração, seguindo o exemplo de Jesus. Para dar continuidade ao parto da vida, a Terra precisa, com urgência, das energias e da responsabilidade de toda a humanidade e especialmente de todos os seguidores e seguidoras de Jesus.

Desejamos que muitos leitores e leitoras nos enviem sua reflexão, feita de forma individual ou coletiva. Este será um dos frutos desta publicação e, com certeza, exigirá novas publicações, para darmos conta das novas e surpreendentes riquezas da prática do amor que liberta.



“Vai e faze tu a mesma coisa”. (Lc 10, 29-37)



# Capítulo 1

## RETOMANDO A CAMINHADA

O objetivo desta publicação é fortalecer a missão das Pastorais Sociais e Organismos articulados pela Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, de Justiça e da Paz da CNBB. Para isso, é importante ter presente o contexto atual da Igreja e da sociedade e responder a essas questões: a que necessidades respondem as ações da pastoral da Igreja e de cada uma das Pastorais Sociais no início do século e do milênio? Qual sua razão de ser? A retomada da história pode oferecer ricos elementos para ir construindo uma boa resposta.

### **1.1 Um pouco da história das origens**

No Brasil, as Pastorais Sociais, segundo a conceituação atual, nasceram na década de 70 do século passado, por um motivo muito claro: a insuficiência das mediações de trabalho social na Igreja Católica para dar conta, na época, dos novos problemas que atingiam amplos setores da sociedade brasileira. Basta perceber que elas surgiram para responder aos desafios que os povos indígenas e camponeses enfrentavam na Amazônia, região que a ditadura militar estava “integrando ao progresso nacional”. O surgimento das Pastorais Sociais

correspondia, então, à busca de compreensão crítica do processo de incorporação capitalista da Amazônia imposto pela política estatal ditatorial e pelas iniciativas empresariais privadas. Esse processo mantinha viva e aprofundava, disfarçada sob a linguagem modernizadora, a tradicional política colonizadora de usurpação do território brasileiro. Para o governo militar e os “novos bandeirantes”, a Amazônia era um “território sem gente”, um “território virgem, sedento por ser possuído” – como anunciavam ministros federais e governadores de estado a empresários nacionais e estrangeiros, atraindo-os para investir na região, para “levar o progresso a essa região atrasada”.

Existia pastoral social na Igreja Católica. Mas ela não conseguia dar uma resposta a todos os novos desafios. É importante lembrar que as frentes especializadas da Ação Católica haviam sido fechadas e, com elas, os grupos de cristãos mais engajados na realidade sociopolítica foram afastados da animação pastoral. Por isso, era muito pequena a correspondência entre os conteúdos do Ensino Social da Igreja e a realidade social e pastoral. O Concílio Vaticano II e a própria Conferência Episcopal de Medellín ainda não tinham conseguido, na maioria das dioceses, ser traduzidos em práticas sociais renovadas. Muitos eram seduzidos pelas tentações da ditadura, enquanto outros sofriam a violência da repressão. Havia muito medo, e com razão, mas havia também algumas ilusões de que os ditadores estivessem efetivamente introduzindo a modernização e o progresso e impedindo o avanço do comunismo.

Por isso, a maior parte das ações de pastoral social restringia-se à assistência às pessoas muito empobrecidas ou a trabalhos de promoção humana, como se percebe, por exemplo, na análise da prática da Cáritas. Eram ações certamente importantes, mas que não mexiam com as forças estruturais que agrediam os direitos sociais das pessoas e impediam a prática da cidadania. A Cáritas foi criada em 1956. Sua história foi marcada pela centralidade da ação de distribuição de alimentos e agasalhos às comunidades mais empobrecidas de todas as regiões do país. Na década de 70, ela estava dando os primeiros

passos na redefinição de sua missão, a partir do final dos programas de ajuda estadunidenses, um de seus méritos foi abrir-se ao diálogo com as Pastorais Sociais que foram surgindo. Como se verá, estas pastorais nasceram nas fronteiras, correndo riscos junto com os grupos sociais com os quais caminharam.

### **Nasce a Pastoral da Terra**

A Comissão Pastoral da Terra, nasceu do “Encontro de Pastoral da Amazônia”, realizado no mês de junho de 1975.<sup>1</sup> Sua missão foi definida a partir das necessidades dos povos camponeses da região, ameaçados em relação ao seu direito à terra, vítimas de toda forma de violência. Havia notícias de massacres de posseiros, mas ninguém dava conta de confirmar. Pior, em muitas regiões nem mesmo membros da Igreja conseguiam dar visibilidade ao que estava acontecendo.

Houve exceções e foi delas que nasceu a proposta do Encontro e a própria missão desta nova pastoral social. Igrejas como a de São Félix do Araguaia e a do Acre e Purus – para falar somente da Amazônia - haviam prestado atenção à realidade e tomado a decisão de colocar-se ao lado dos povos indígenas, dos seringueiros, dos posseiros, dos peões e demais trabalhadores do campo, bem como dos migrantes que sobravam nas cidades. Sua perspectiva era a defesa dos seus direitos, mas, assim mesmo, a repressão se fez sentir com dureza. Foi a repressão, provavelmente, que fez brotar dúvidas, dando uma dimensão política à prática: afinal, se defender os direitos das pessoas que viviam na região era crime contra a segurança nacional, qual era o objetivo real dos grandes projetos que estavam chegando? Além disso, os povos da Amazônia eram ameaça à segurança nacional? Quem constituiria, nesse caso, a “nação”?

---

1 Sobre as crises e conflitos que deram origem à CPT, e sobre sua trajetória até seus 25 anos, ver POLETTI, Ivo; CANUTO, Antônio. *Nas Pegadas do Povo da Terra*. São Paulo: Loyola, 2002.

## Uma longa busca

Essas dúvidas deixam claro que nem os camponeses nem os agentes pastorais conseguiram compreender criticamente o que estava acontecendo, na Amazônia e em todo o país. Um esforço foi feito pelo chamado “grupo não grupo” de bispos, que se reuniu, pela primeira vez, em 1973, em São Paulo, para analisar a realidade nacional e refletir sobre a sua responsabilidade na conjuntura do período da mais dura repressão de todo o longo período de ditadura. Decidiram formar grupos de pesquisa, estudo e elaboração de cinco documentos: 1) sobre a realidade nordestina; 2) sobre a realidade do Centro-Oeste; 3) sobre a realidade indígena; 4) sobre o mundo do trabalho urbano; 5) sobre o mundo acadêmico, os intelectuais e a segurança nacional. Só três deles foram publicados: *“Eu Ouvi os Clamores do meu Povo”*, de bispos e superiores religiosos do Nordeste; *“Marginalização de um povo – o grito das Igrejas”*, de bispos do Centro-Oeste; *“Y-Juca-Pirama – o índio, aquele que deve morrer”*, de bispos e missionários atuantes junto a povos indígenas.

Os três textos foram reprimidos pelas forças de segurança, mas marcaram época. O próprio surgimento das Pastorais Sociais tem a ver com eles, já que foi deles que nasceu a proposta e a iniciativa de “encontros de articulação”, com o objetivo de superar o isolamento em que se encontravam os trabalhos de pastoral e de educação popular junto a setores sociais marginalizados. Só aconteceu o primeiro encontro de articulação nacional, em 1974, mas produziu frutos: a partir dele foi se firmando a perspectiva de construir diferentes articulações, uma para a realidade do campo, outra para o mundo operário e urbano etc. Como da Ação Católica nasceram as “ações Católicas especializadas”, da Pastoral Social nasceram as “Pastorais Sociais especializadas”.

Retomando a gênese da Pastoral da Terra, sentiu-se a necessidade de um “serviço pastoral” que ajudasse a compreender e responder criticamente ao que estava acontecendo na Amazônia. Sem essa clareza, como saber o que se deveria fazer? Como definir o que as Igrejas particulares deviam fazer concretamente para realizar sua missão?

## **O parentesco com o CIMI numa história de colonização**

Antes de explicitar as características das Pastorais Sociais originárias, vale ressaltar sua relação com a causa dos povos indígenas. Na verdade, a Pastoral da Terra sempre se considerou “prima” do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que existia desde 1972, mas que passara por um processo de redefinição e reorganização no mesmo período em que ela nasceu.

Desde o início do projeto colonizador luso-europeu, os povos indígenas “não existiam”; se teimavam em apresentar-se, negava-se sua “condição de gente”, reduzindo-os à escravidão; se exigiam respeito ao seu território, eram considerados insubordinados ao “senhor das novas terras”, e castigados, por isso, até com a morte. Igual “sorte” tiveram os escravos negros trazidos da África, bem como todas as sucessivas levadas de empobrecidos “levados” ou “atraídos” como mão-de-obra dos projetos de ocupação e exploração da Amazônia. Em outros termos, tornou-se cada vez mais profundo o abismo que separava os que eram “da metrópole” – Portugal, Inglaterra, Estados Unidos da América do Norte... - e os “selvagens”, os colonizadores e os colonizados.<sup>2</sup>

Imagine-se, agora, o drama dos povos amazônicos na década de 70 do século passado: enquanto a maior parte dos camponeses ainda se imaginava superior aos indígenas, iludidos de serem portadores de distantes “direitos de colonizadores”, o projeto ditatorial capitalista de introdução do progresso, por meio da integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo, renegava o direito à existência tanto dos povos indígenas como dos próprios camponeses. Todos eles “não existiam”; se teimavam em apresentar-se, como não eram portadores de títulos cartoriais de propriedade, não tinham direito aos territórios nem às terras. Como na colonização capitalista originária, deviam incorporar-se ao progresso moderno, trabalhando como mão-de-obra assala-

---

2 Para aprofundar a temática do peso da colonização europeia no mundo atual e sobre os desafios do Pós-Colonialismo, ver SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 191-226.

riada ou explorada em “novas” relações de trabalho escravo, e agradecer pela oportunidade de serem incluídos na civilização!

### **Pastorais num mundo marcado por conflitos**

Como se percebe, as Pastorais Sociais nasceram como um “serviço evangélico” de risco. Ao assumir a sorte e as lutas de indígenas e camponeses, candidatavam-se às mesmas negações e ao mesmo ódio devotados aos que não existiam ou não deviam existir. Este ódio expressava-se nas mais variadas formas de violência contra seus direitos e contra sua própria existência. Ser, então, um serviço evangélico significava assumir a história de povos e camponeses, com toda sua riqueza e tragédia, e assumir as tensões do presente, buscando um futuro incerto, apostando no direito de lutar por ele. Significava saber que esse futuro só existiria quando povos e camponeses assumissem sua história, tornando-se protagonistas das lutas por seus direitos.

Já estava em franca aceleração a migração, atraída, forçada ou livre, para as cidades, especialmente para as metrópoles. Das cidades com “cinturões de miséria” nasciam novos desafios para os empobrecidos e marginalizados e para a missão da Igreja. Com a mesma inspiração do CIMI e da CPT, foram surgindo, a partir de 1976, a Pastoral Operária, a Pastoral do Menor, dos Migrantes, da Mulher Marginalizada, a Pastoral Carcerária, o Serviço Pastoral dos Pescadores... Elas propuseram-se a ser parceiras, no sentido de ajudar a nascer, o protagonismo destas pessoas e classes com direitos e existência negados, apostando na força de sua organização e luta política e na experiência histórica da ressurreição. Evitaram, para isso, transformar-se em “movimentos sociais” e agir em nome ou representando os empobrecidos como um serviço da Igreja.

### **O sentido de serem “pastorais”**

Estas Pastorais Sociais propuseram-se também a não substituir nem mesmo as comunidades cristãs em sua missão de “pastoral social”-

característica que merece um destaque especial. Está aqui a diferença delas com os movimentos de “Ação Católica”, embora seja correto afirmar que devem a eles parte importante de sua inspiração. A diferença está no fato de que os “militantes da ação Católica” recebiam “mandato” da hierarquia para “evangelizar o seu meio social” – o mundo rural/agrário, o operário, o universitário, o estudantil e o independente (classe média/profissionais liberais). É verdade que, nos últimos anos antes da retirada do mandato, parte significativa dessas ações Católicas especializadas havia decidido participar de frentes de ação política, visando participar da necessária transformação das estruturas. Mas é verdade, também, que foi exatamente isso que levou a hierarquia a sentir-se “no direito” de retirar o mandato. Sem ele, os militantes foram considerados, tanto pela ditadura quanto por outros cristãos, como militantes políticos de esquerda.

Os membros das Pastorais Sociais atuaram movidos pela fé e em nome do Evangelho. Por serem membros das comunidades eclesiais de uma Igreja particular, assumiram o compromisso de viver o amor ao próximo, na forma da solidariedade libertadora. As Pastorais Sociais solicitaram reconhecimento e apoio para serem “serviços” de articulação dos cristãos que a elas dedicavam-se ou delas desejavam participar; uma articulação com o objetivo de capacitarem-se para o “serviço evangélico” aos diversos tipos de pessoas marginalizadas, exploradas, com direitos negados, excluídas, vítimas de violência. Junto com o trabalho pastoral da catequese e da liturgia, viveram o amor libertador que revela Jesus Cristo e dispõe para a relação com ele.

As Pastorais Sociais não poderiam ser consideradas pastorais se não tivessem vinculação com a Igreja, comunidade dos seguidores de Jesus. Os membros das Pastorais Sociais, em nome de toda a Igreja, assumiram o serviço da caridade. Sua ação serviu de estímulo para que outros se animassem a assumir o mesmo serviço. A intenção

era formar pessoas/Igrejas/comunidades “samaritanas” prontas para socorrer os necessitados. Por isso, eram plenamente “pastorais”, no sentido de serem parte de uma dimensão essencial e irrenunciável da missão da Igreja de Jesus, e por desejarem, mesmo incomodando profeticamente, que todas as comunidades/Igrejas estivessem despertadas e organizadas para viver esse aspecto de missão.



## 1.2 Os Desafios da Atualidade

Vale recolocar a pergunta: a que necessidades sociais respondem as Pastorais Sociais nesse início de século e milênio? Qual sua razão de ser?

Como se sabe, existem, hoje, diversas Pastorais Sociais e Organismos articulados nacionalmente através da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB. Nem todos tiveram igual origem. Alguns surgiram para dar continuidade às Campanhas da Fraternidade. A maioria deles surgiu no seio das comunidades eclesiais como resposta a necessidades específicas.

De toda maneira, não há dúvida que todos se propõem a estar a serviço de algum setor dos excluídos - das crianças, dos negros, dos dependentes químicos, dos idosos, dos portadores de HIV/Aids, dos deficientes - ou de estar a serviço da defesa e da promoção dos direitos humanos, de formação para a cidadania etc. Nesse sentido, pode-se dizer que também as Pastorais Sociais mais recentes surgiram, como ação da Igreja, para responder de modo mais eficaz aos desafios atuais.

Se comparada com a realidade das décadas de setenta e oitenta do século passado, a realidade sociopolítica atual é muito diferente. Isso significa um desafio tanto para as Pastorais Sociais “originárias” como para as mais recentes. Continuam existindo setores ou classes necessitadas, talvez com desafios maiores do que os das décadas de 70 e 80. Basta lembrar:

- ♦ a situação geral dos indígenas, a maioria ainda sem territórios reconhecidos e garantidos, sem reconhecimento de suas culturas, duramente ameaçados pelos “novos grandes projetos”;
- ♦ os negros, que sofrem pelo preconceito, pelo racismo e por diversas formas de discriminação, e são as maiores vítimas também da exploração capitalista.<sup>3</sup>
- ♦ os diferenciados tipos de camponeses, sem reforma agrária até hoje, forçados a lutar duramente por terra, por água, por direitos, por políticas agrícolas adequadas, por projetos de desenvolvimento em que tenham lugar, duramente ameaçados pelas “novas tecnologias” de sementes transgênicas, de monoculturas voltadas para a produção de energia;
- ♦ os migrantes de todas as regiões, ambulantes em busca de trabalhos sazonais, os migrantes de outros países mais em-

---

3 Cf. V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. *Documento de Aparecida* (DA), nº 532. 5ª ed. Brasília: Edições CNBB, 2008.

pobrecidos, que vêm buscar oportunidades de vida aqui, os emigrantes brasileiros para outros países, que vão buscar melhores oportunidades;

- ♦ os desempregados - a face neoliberal do operariado, do trabalho assalariado, que vivem dolorosamente as conseqüências da desvalorização e da instabilidade do trabalho;
- ♦ os encarcerados, a maioria deles por motivos ligados à sobrevivência, e que vivem amontoados em presídios que os conduzem mais ao crime do que à reeducação para a convivência social;
- ♦ os explorados pela prostituição, cada dia mais infantil e ligada à neoliberal indústria do turismo;
- ♦ as crianças e adolescentes, especialmente os de famílias reduzidas à pobreza e à miséria, submetidos a trabalho infantil, violência doméstica e exploração sexual, e que não contam com políticas públicas que garantam seu direito de ser criança e de terem uma vida com presente e futuro dignos;
- ♦ os pescadores, cada dia com menos acesso garantido aos rios e ao mar e sempre mais ameaçados de não mais encontrar peixes por causa da poluição e dos novos projetos de criação de camarões;
- ♦ os aidéticos, que sofrem preconceitos por causa de uma doença da qual não se conhece a origem nem tratamento definitivo;
- ♦ os dependentes de produtos químicos, vítimas da combinação entre a promoção da falta de sentido para a existência e a indústria da compensação, da fuga e dos entorpecentes;
- ♦ os deficientes discriminados, pouco reconhecidos pela sociedade, sem oportunidades para colocar em práticas suas capacidades e potencialidades.

## O que ainda é comum e o que é diferente

O que haveria de comum entre a realidade marcada pela opressão ditatorial e a atual, aparentemente aberta às conquistas democráticas? O fim da ditadura não significou o fim dos problemas sociais. Seria injusto e incorreto pensar que havia esse tipo de ilusão entre os agentes das Pastorais Sociais daquele período. Eles tinham clareza que a ditadura estava a serviço de transformações que interessavam às elites tradicionais e às novas elites, cada vez mais relacionadas de forma dependente com os grandes grupos econômicos internacionais. Aliás, a própria ditadura foi “pedida” por estes grupos – evidentemente de maneira disfarçada, dando impressão que defendiam interesses “nacionais”.

A humanidade continua dominada e explorada pelo sistema capitalista, mas sua presença na sociedade mudou de forma. De modo especial depois do desmoronamento das sociedades socialistas, o capitalismo avançou na direção da globalização do mercado, asentando-se na ideologia neoliberal. Houve o aprofundamento da desigualdade social e da desvalorização do trabalho. A riqueza e o poder estão cada dia mais nas mãos do capital financeiro, dado mais à especulação do que à produção dos bens necessários à vida. Com isso, o avanço descontrolado da exploração das energias e riquezas da Terra e das energias e riquezas espirituais dos seres humanos acelerou a ameaça do fim das próprias condições indispensáveis para a vida no Planeta.

Se por um lado, no campo da política, não existe mais ditadura militar, pode-se afirmar que existe democracia? O povo brasileiro deu passos significativos, mas carregados de contradições, rumo à democracia: deslegitimou e forçou o fim da ditadura; viveu numa “nova república” chefiada por um governo que foi eleito indiretamente por um Congresso dominado pelas elites que se haviam regalado com a ditadura; elegeu, um neoliberal, Fernando Collor de Melo, contra quem forçou um *impeachment*; deixou-se convencer pelo belo

discurso neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e sofreu as conseqüências das políticas de privatização e de desmonte do Estado; recentemente o povo acreditou que derrotaria o neoliberalismo ao eleger um governante vindo dos setores sociais populares.

Hoje, o povo brasileiro vive dividido em relação a governos que, em nome do próprio povo que os elegeram, mantêm e promovem políticas favoráveis aos setores ligados ao grande capital nacional e transnacional; governos que implementam programas sociais que socorrem as pessoas submetidas à miséria, mas que, ao mesmo tempo, não deixam de apoiar mudanças constitucionais que fragilizam os trabalhadores, quando não lhes retira direitos duramente conquistados. Ao mesmo tempo, o povo experimenta a construção de novos espaços de participação na formulação de políticas públicas sem, contudo, ter certeza de que se esteja efetivamente avançando na democratização da sociedade brasileira.

Em meio a mudanças aparentes e no curto prazo, criadas pelo mercado, pela mídia e pelo marketing, vive-se, na realidade, uma “mudança de época”. Aprofunda-se a consciência e crescem as iniciativas em favor de um mundo diferente, globalizado, com certeza, mas com suas bases assentadas na cultura da solidariedade e da cooperação entre os seres humanos e com todas as demais formas de vida, e não mais no mercado da livre iniciativa capitalista.

Em lugar do produtivismo e do consumismo, desenvolve-se a consciência e avançam atitudes de cuidado e cooperação com a Mãe Terra e de cuidado com a saúde integral de todos os seres humanos, baseada na simplicidade de consumir apenas o necessário.

Em lugar da dominação e da discriminação culturais, dá-se mais importância à riqueza cultural e espiritual que pode ser intercambiada entre povos e etnias, apostando em uma unidade na diversidade que seja fonte de salvação para a Terra.

Em lugar da indiferença e da frieza do cálculo egoísta que levam à exclusão social, busca-se resgatar o valor de cada pessoa e de sua capacidade de criar, em relações livres e cooperativas, os bens e serviços necessários à vida na casa comum, nos biomas e ecossistemas que Deus criou e deu de presente a todos os seres vivos.

Em lugar da violência local e planetária contra pessoas e povos acusados de terrorismo, que tem sua raiz na violência das relações de concorrência fora ou acima de qualquer lei e ética, busca-se uma convivência que reconheça e promova os direitos básicos de todas as pessoas e o direito de os povos viverem segundo tradições, costumes e leis diferentes.

### **Desafios para as Pastorais Sociais**

Nessa situação, o que significa ser um “serviço evangélico” junto aos diferentes setores de excluídos do mercado capitalista neoliberal? Se as Pastorais Sociais não se limitarem a socorrer as pessoas, vendo-as apenas como vítimas, necessitadas, e se elas forem assumidas como a parte explorada desse mundo que enriquece escandalosamente a poucos, a decisão de promover sua dignidade, sua cidadania, seu protagonismo, certamente não será uma ação tranqüila, sem conflitos. Pelo contrário, ao gestar agentes construtores do outro mundo possível, e necessário, as Pastorais Sociais serão vistas como perigosas, como inimigas do progresso neoliberal globalizado e da nova “segurança mundial” que o promove e garante. Por isso, o grande desafio para as pastorais no mundo de hoje está na definição do que significa e de como ser “pastorais libertadoras”.

O que significa apostar no protagonismo dos excluídos no contexto político atual? Está aqui, certamente, mais um dos desafios característicos do tempo atual: o que significa e como trabalhar por uma educação que promova a “cidadania com soberania”? Em outras palavras, como ser Pastorais que ajudem a avançar na consciência de

que, numa sociedade realmente democrática, cabe ao povo, isto é, a cada cidadão e cidadã o poder e a responsabilidade de se governarem, elegendo e controlando os governos, levando-os a “governar obedecendo”, isto é, a governar pelo bem comum da sociedade, em contínuo diálogo com ela?

Um terceiro desafio pode ser assim formulado: como promover uma educação e uma pastoral popular libertadoras que incentivem a economia solidária e a cidadania ativa com consciência de soberania num tempo de “aquecimento do Planeta”? Trata-se de produzir e gerar desenvolvimento, mas em cooperação com a Terra, evitando o uso de combustíveis poluentes, promovendo um consumo responsável.

Tendo presente que a construção de um “outro mundo possível” é obra de toda a humanidade, as Pastorais Sociais são desafiadas a aprofundar o macro-ecumenismo: como aprofundar o diálogo e a ação em conjunto de cristãos com pessoas, comunidades e povos com culturas e religiões diferentes? Como relacionar-se e atuar conjuntamente com pessoas e grupos que decidem sua prática a partir de ideologias diferentes, mas que buscam o bem da humanidade?

Não menos importante do que os anteriores, apresenta-se mais um desafio: como manter-se fiel à consciência formada a partir do seguimento de Jesus, que exige o amor ao próximo como parte do amor a Deus, em comunidades dirigidas por pessoas que não têm esta mesma compreensão.

A leitura dos próximos capítulos certamente trará luzes para a construção de respostas para essas perguntas desafiadoras.



“Eu sou o bom pastor.  
O bom pastor dá a vida por suas ovelhas”. (Jo 10,1-18)



# Capítulo 2

## IDENTIDADE E MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL

*“Ele é fiel para sempre, faz justiça aos oprimidos, dá alimento a quem tem fome. O SENHOR livra os prisioneiros, o SENHOR devolve a vista aos cegos, o SENHOR levanta quem caiu, o SENHOR protege os estrangeiros, ampara o órfão e a viúva”. (Sl 146, 6-9)*

“Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência”.<sup>4</sup> As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora apresentam a Palavra, os Sacramentos e a Caridade como fontes da vida da Igreja. Destacam que a caridade é “o centro da vida cristã”. Aqui se encontra o distintivo dos cristãos, nas palavras do próprio Jesus: “Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros. Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros”.<sup>5</sup>

A Conferência de Aparecida assumiu com força nova a opção pelos pobres, excluídos e marginalizados através de um processo que im-

---

4 BENTO XVI, Papa. *Carta Encíclica: Deus Caritas Est*, nº 25. Brasília: Edições CNBB, 2007.

5 Jo 13,34-35.

plica a promoção humana integral e uma autêntica libertação, sem a qual, não é possível uma ordem social justa. Para a Igreja, o serviço da caridade “*é expressão irrenunciável à sua própria essência*”.<sup>6</sup> É com este compromisso de Aparecida que as Conferências Episcopais, as Dioceses e Paróquias são convocadas a promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral, fazendo-se presente nas novas realidades de exclusão e marginalização e de ameaça permanente ao planeta Terra, nossa casa comum.

Ao fazer a opção pelos empobrecidos e pela vida, a Pastoral Social toma o caminho que, através de Jesus Cristo, vai na direção do Deus amor, componente fundamental do seguimento de Jesus e sinal visível que anuncia a presença do Reino e manifesta suas realidades. É uma opção essencial porque é obediência ao mandato do Senhor. A universalidade de seu amor realiza-se ao assumir com primazia as pessoas que vivem em situação de marginalização e injustiça. Desse modo, a Pastoral Social deve amar como Jesus amou<sup>7</sup> e pautar seu testemunho através da sensibilidade, da solidariedade, do profetismo e da espiritualidade e mística libertadoras.

A Pastoral, à semelhança do Bom Pastor, é chamada a ser pastora junto à humanidade de hoje, que caminha, cansada e abatida como um rebanho de ovelhas sem pastor. Cabe-lhe realizar ali, ações concretas no campo social, enfrentando as situações em que a vida encontra-se ameaçada pela falta de solidariedade, em que a dignidade é negada, as competências públicas não atuam e a esperança para muitos irmãos e irmãs parece não mais existir. A Pastoral Social é chamada a “dar as razões da sua esperança”, como insiste o Papa Bento XVI em sua Encíclica sobre a Esperança Cristã, a partir da Carta do apóstolo Pedro.<sup>8</sup>

---

6 DA, nº 414.

7 Cf. Jo 13,34.

8 1Pe 3,15.

## 2.1 O que é a Pastoral Social

Para a Igreja, o serviço da caridade “*é expressão irrenunciável à sua própria essência*”. A Pastoral Social é expressão desta caridade e da solicitude da Igreja com as situações nas quais a vida está ameaçada. Expressão que renova, a cada dia, a lição da *Gaudium Et Spes*: “*As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles e aquelas que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos e discipulas de Cristo*”. Os diferentes serviços das Pastorais Sociais colocam-se na dinâmica do seguimento de Jesus, para que nele os marginalizados, os excluídos - pobres, mulheres, crianças e adolescentes, sem terra, sem casa, os considerados “insignificantes” para o sistema, camponeses, indígenas, afro-descendentes, povos tradicionais, migrantes, itinerantes... - tenham vida e a tenham num ambiente preservado.

Diante de um mundo marcado por profundas desigualdades sociais, a Igreja, segundo sua vocação própria, é chamada a seguir a Jesus, no compromisso de possibilitar que “*todos tenham vida e a tenham em abundância*”.<sup>9</sup> É por este compromisso que a Igreja se faz solidária para com todas as pessoas que sofrem. Neste sentido, a Pastoral Social atualiza, em novos contextos, a solicitude de toda a Igreja para com as questões sociais, concretizando, assim, sua opção preferencial pelos empobrecidos e marginalizados.<sup>10</sup>

Quando afirmamos que a Pastoral Social faz opção pelos pobres e marginalizados, precisamos ter clareza de qual pobreza e de qual marginalização estamos falando. Não pode haver dúvidas. Falamos de pessoas que têm rosto, como insistem o bispos latino-americanos e caribenhos em Medellín, Puebla e Aparecida, pessoas que vivem na pobreza real, material, em condição “desumana”, que Medellín qualificou como “antievangélica” e que Puebla retomou, pedindo uma opção preferencial. Este é um desafio à consciência humana e cristã.

9 João 10,10.

10 Cf. Mt 11,2-6; 25,31-46.

A Pastoral Social é uma pastoral de conflito, porque atua no meio do conflito e com aqueles(as) que vivem no conflito. Optar pela vida e contra a morte provoca conflitos, é preciso assumi-los como oportunidades de transformação. Optar pelo Reino é optar pelas causas do Reino, causas que requerem uma militância profética. Como cristãos, não podemos nos omitir! Esta militância exige uma espiritualidade e uma mística capazes de sustentar a perseverança na caminhada em busca da libertação. A vida de Jesus está pautada na lógica do amor gratuito. Ele quer restaurar a vida das pessoas que estão condicionadas por estruturas de morte.

Nas Pastorais Sociais, o conflito não pode ser negado. Ele deve ser vivido evangelicamente, sem posturas neutras, agressivas e violentas como também sem posturas passivas, triunfalistas, em que a paz literalmente se resume à ausência de “guerras”. As relações devem ser permeadas pelo amor, que é fruto da misericórdia e da justiça, da verdade e da paz. Por causa deste contexto social e desta imensa carga aberta, a Igreja no Brasil, movida por um sentimento de grande compaixão, fez florescer tantas Pastorais e Organismos a serviço da caridade, da justiça e da paz, a serviço da vida. Estes serviços manifestam o “rosto social” da Igreja. Neste cenário, florescem diferentes serviços com práticas metodológicas particulares, mas com a mesma missão: *“Para que nele nossos povos tenham vida”*.<sup>11</sup>

## **2.2 A identidade da Pastoral Social**

A identidade da Pastoral Social da Igreja Católica no Brasil é resultado de uma caminhada de longos anos, durante os quais foi criando um “rosto” próprio, fruto das muitas ações que aqui e ali se articulavam para firmar o compromisso social das comunidades cristãs.

---

11 Tema da Conferência de Aparecida: Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida.

Mesmo que, em situações anteriores, a Igreja tenha sido enfática ao recordar seu compromisso social, as primeiras iniciativas denominadas “Pastorais Sociais” somente começaram a se organizar a partir dos anos 70, como já referido no capítulo anterior. O ambiente sócio-político e eclesial de seu nascimento marcou o perfil das primeiras pastorais. Tratava-se de um contexto de resistência e de luta para defender os direitos humanos, a vida e a liberdade.

Se o contexto sociopolítico era negativo, a situação eclesial era, contudo, favorável. Vale lembrar a abertura da Igreja, o diálogo com a sociedade e a vocação e o protagonismo dos cristãos leigos e leigas promovidos pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Na América Latina, o encontro dos bispos em Medellín (1968) marcou uma profunda mudança da Igreja, a partir da opção em favor dos pobres, dos Direitos Humanos e da justiça. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram o berço de onde surgiram muitas lideranças das Pastorais Sociais, dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos democráticos.

Muitos leigos e leigas, religiosos e religiosas, presbíteros e bispos assumiram um posicionamento profético que colocou em prática as opções pastorais de Medellín e Puebla, impulsionando e apoiando a Pastoral Social. Muitos pagaram com a própria vida essa busca de fidelidade a Jesus e ao povo. Todos lembramos de pessoas cujas vidas foram uma história de solidariedade e amor para com os humildes e empobrecidos. Em muitas paróquias, brotaram e consolidaram-se as CEBs e as Pastorais Sociais, nas quais a militância de muitos leigos e leigas encontrou, no serviço da caridade, a expressão madura de sua fé e a fidelidade a seu batismo. A teologia da libertação encontrou, neste contexto de vida cristã, terreno fértil para a sua reflexão sobre a Igreja dos pobres e sobre um novo jeito de ser Igreja ou, como costuma dizer Dom Pedro Casaldáliga, “o jeito normal de a Igreja ser”.

As Pastorais Sociais cresceram sobretudo nos anos 80 e no início dos anos 90. No entanto, o que parecia consolidado pela força que

emergia de Medellín e Puebla, foi tomando outro rumo a partir da Conferência de Santo Domingo (1992), cuja prioridade pastoral privilegiava o “Ministério da Palavra”, mais orientada para a catequese e a vida interna da Igreja; mais preocupada com o próprio “rebanho”; menos voltada para a missão e o diálogo com o mundo. Com isso, a atenção pelo compromisso social da fé, pela construção dos valores da compaixão e da solidariedade, pela dimensão profética do anúncio evangélico, perdeu sua importância e urgência.

A Conferência de Aparecida significou uma retomada das opções fundamentais da Igreja latino-americana e caribenha. Como mais adiante se verá com maior atenção, além de afirmar que a dimensão social é constitutiva da missão da Igreja, A Conferência de Aparecida estimulou todas as dioceses, paróquias e comunidades a organizarem Pastorais Sociais criativas e dinâmicas, valorizando-as como parte essencial da evangelização, pois é através delas que a Igreja se faz efetivamente “samaritana”.

Na Igreja, muitas são as Pastorais Sociais, serviços que nasceram da misericórdia e da compaixão para com os diferentes “rostos” sociais, presentes nos excluídos da terra, do trabalho, da moradia, da cidadania; nas crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos; nos migrantes, ciganos, sem teto, povos de rua, refugiados, negros, indígenas...

Essa diversidade de Pastorais Sociais, presente na estrutura e no planejamento da CNBB, é impulsionada por uma Comissão Episcopal Pastoral, voltada especificamente para fortalecer, orientar, confirmar os serviços da caridade, da justiça e da paz. Essa preocupação do Episcopado mostra o desejo que os diferentes serviços eclesiais das Pastorais Sociais articulem-se e fortaleçam-se mutuamente e que elas mantenham-se unidas para atuar com maior eficácia no enfrentamento de situações que levam as pessoas ao sofrimento, à marginalização, à exclusão social.

## 2.3 Missão da Pastoral Social

Jesus é o Bom Pastor que dá a vida pelas ovelhas. Ele é a porta por onde as ovelhas podem passar. Nele elas encontram alimento em abundância; nele elas têm liberdade. “*Para que tenham vida*”.<sup>12</sup> Este versículo sintetiza a missão de Jesus, a razão de ser de sua opção e de sua prática. Em defesa da vida, Jesus denuncia aqueles que ameaçam o rebanho: ladrões e mercenários. Em defesa da vida, Jesus oferece um lugar aos que não têm lugar para viver, acolhe os que não foram acolhidos, recebe como irmãos e irmãs aqueles que sofrem até mesmo a exclusão religiosa. Numa sociedade em que muitos são os excluídos e marginalizados, sem condições de vida digna, fazer Pastoral Social significa assumir com Jesus a mesma luta em defesa da vida, participar do mesmo destino, sofrer com ele as mesmas tentações,<sup>13</sup> vivenciar a mesma perseguição<sup>14</sup> e saber que isto pode levar até à morte.<sup>15</sup>

A missão da Pastoral Social coloca-se nas fronteiras da evangelização no mundo dos pobres e marginalizados. Hoje, como no tempo de Jesus, as multidões pobres estão “cansadas e abatidas como ovelhas sem pastor”. Dentre os sujeitos da ação de Jesus estão os excluídos, porque considerados: imorais (prostitutas e pecadores)<sup>16</sup>; impuros (leprosos e possessos)<sup>17</sup>; marginalizados (mulheres, crianças e doentes)<sup>18</sup>; pobres (povo da terra, sem poder)<sup>19</sup>. Jesus anuncia o Reino a partir dos excluídos.

Esta vocação de fronteira das Pastorais Sociais esteve presente desde os primeiros anos de seu nascimento, quando a CPT colocou-se ao

---

12 Cf. Jo 10,10.

13 Cf. Lc 22,28.

14 Cf. Jo 15,20.

15 Cf. Jo 11,16.

16 Cf. Mt 21, 31-32; Mc 2,15; Lc 7, 37-50; Jo 8, 2-11.

17 Cf. Mt 8,2-4; Lc 11, 14-22; Mc 1, 25-26.

18 Cf. Mc 1,32; Mt 8,17; Lc 8,2.

19 Cf. Mt 5,3; Lc 6,20; Mt 11, 25,26.

lado dos que eram expulsos com violência de suas terras e o CIMI se erguia-se em defesa dos indígenas, mais uma vez dizimados por uma política de integração nacional. Esta mesma vocação de fronteira aparece nas pastorais voltadas para as novas camadas marginalizadas do mundo urbano: a Pastoral da Mulher Marginalizada, do Menor, da HIV/Aids, etc.

A experiência da solidariedade com o pobre, que vive em condição desumana e de exclusão, nos faz ver até que ponto o Evangelho é uma força que liberta e humaniza e representa forte clamor por justiça. As Pastorais Sociais compreenderam que sua missão não se limita, portanto, a socorrer o próximo com a sempre louvável esmola, mas também inclui transferir-se para o lado dos pobres e percorrer com eles o lento e conflitivo caminho de mudança das estruturas injustas, do gozo dos direitos inerentes à cidadania plena.

“O amor tem necessidade também de organização enquanto pressuposto para um serviço comunitário ordenado”.<sup>20</sup> As Pastorais Sociais caminharam com os pobres e com eles compartilharam suas fortes esperanças de alcançar a meta da libertação integral. Isso as levou a incorporar em sua identidade as grandes lutas que emergem do terreno de opressões que atingem todo o tecido social, desde as culturas oprimidas, humilhadas até as divisões de classes, a exploração da terra e a destruição da criação por um modelo de desenvolvimento injusto e predador. A vocação das Pastorais Sociais para a missão de posicionamento crítico diante de projetos políticos, econômicos e culturais que desconsideram a situação dos excluídos nasce de seu enraizamento na realidade de vida dos marginalizados. A missão das Pastorais Sociais passa, portanto, pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais, chegando até o comprometimento político.

Inserida nas situações concretas da sociedade humana e vivendo o mistério da encarnação, a Igreja sente-se solidária com toda a huma-

---

20 Cf. *Deus Caritas Est*, nº 20.

nidade e com sua história. A missão das Pastorais Sociais é, igualmente, evangelizar encarnando-se. Elas guardam sua identidade evangélica e eclesial também quando entram em ações de cooperação com outras confissões religiosas, cristãs ou não-cristãs, com movimentos sociais e políticos de diferente ideologia e práxis. Essa cooperação é necessária e deve ser procurada todas as vezes que houver identidade de objetivos.

A ação evangelizadora da Pastoral Social considera:

- ♦ o Evangelho como lugar do encontro da comunidade com Jesus e luz para o confronto com os problemas do mundo;
- ♦ os empobrecidos - os oprimidos, as mulheres marginalizadas, os negros, as crianças em situação de risco, os sem-terra, sem-teto, os insignificantes, os favelados... - como sujeitos prioritários de sua ação: promovendo-os como protagonistas de sua história, com sua luta organizada e articulada, e como evangelizadores de outros pobres e de toda a Igreja;
- ♦ a comunidade eclesial como lugar da partilha, da participação, da solidariedade, de novos ministérios, de decisões em relação ao destino da sociedade;
- ♦ os conteúdos como explicitação da articulação entre fé e vida, entre construção da paz e justiça social;
- ♦ a metodologia - na linha da pedagogia do oprimido e da educação como prática de liberdade, de troca, de experiência, de escuta - procura atualizar a metodologia e a pedagogia de Jesus;
- ♦ a mística e a espiritualidade evangélica da partilha, da aceitação do conflito e da cruz como fontes da militância pastoral e social;
- ♦ uma formação permanente e integral que possibilite aos leigos a descoberta de sua vocação e que os motive a assumir sua missão;

- ♦ a escuta às diferentes expressões teológicas que colocam no centro de sua reflexão o olhar bíblico e o projeto de Deus de libertação dos oprimidos: afro-brasileira, feminista, indígena, ecológica;
- ♦ uma nova relação com o mundo: articula-se com os oprimidos em defesa de seus direitos e na denúncia das injustiças.

A missão da Pastoral Social é, enfim, a da própria Igreja, que tem sua origem no amor de Deus, porque Deus é amor e estende seu amor à humanidade através de seu Filho e do Espírito Santo. É a missão de Deus. *“Essa missão de Deus tem seu desdobramento no seguimento gratuito da comunidade missionária para a transformação do mundo rumo ao Reino. Essa comunidade encontra sua identidade na identidade daquele que o Pai enviou (...). Jesus caracteriza a sua missão, e por conseguinte a missão da comunidade missionária, como intervenção nas grandes questões do mundo, que são a partilha do pão, a cura da cegueira, o questionamento das ideologias e o combate à morte e suas ramificações”*.<sup>21</sup>

### **2.3 Sujeitos da Pastoral Social**

Os sujeitos prioritários da Pastoral Social de hoje fazem parte de uma longa lista, certamente continuidade daquela que já existia no tempo de Jesus. Tanto lá quanto aqui, são os povos crucificados, forçados a carregar em seus ombros o peso do pecado de um sistema perverso e opressor. Puebla definiu muito bem; e Aparecida completou, essa lista de rostos golpeados pela miséria, pela fome, pela exclusão: crianças, idosos, jovens, mulheres, desempregados, indígenas, afro-descendentes...

Os sujeitos prioritários da ação da Pastoral Social carregam em si estigmas e tesouros:

- ♦ são os “insignificantes”, não só por razões econômicas, mas também culturais, étnicas, raciais, de gênero, sexo... São

---

21 SUESS, Paulo. *Teologia da Missão*. Petrópolis: Vozes, 2007.

aqueles que não contam para mais nada: do ponto de vista econômico, não geram lucro; do ponto de vista social, são um atraso de vida – anti-sociais; do ponto de vista étnico, são negros, indígenas, ciganos; do ponto de vista religioso, não vão à Igreja; do ponto de vista ético, são infratores; do ponto de vista cultural, não são “cultos”; do ponto de vista político, não votam ou vendem o voto;

- ♦ são multidões de pobres: a pobreza não é mais um fenômeno individual, mas de massa. É um fato universal, profundo. É uma tragédia que atinge dois terços da humanidade. Mais de 40 milhões de brasileiros. A condição de pobreza não é uma fatalidade, desgraça, destino; é uma injustiça. É consequência de um sistema perverso;
- ♦ são os preferidos de Deus: a origem desta opção é exclusivamente teológica: o Deus bíblico é o Deus da Justiça e, por isso caminha com os injustiçados até que e para que não mais haja injustiça nem seus frutos;
- ♦ são os que desafiam e julgam a democracia, a evangelização, a teologia e a espiritualidade: o mundo dos pobres não é somente campo de trabalho, mas lugar de residência, de encarnação de Deus e nossa – presença, ponto de partida de qualquer “reflex-ação”.

Todos eles hoje sofrem sua exclusão sob o peso da globalização. Esta realidade será transformada quando a humanidade voltar seu olhar para as vítimas que hoje a convocam à verdade, à solidariedade e à civilização da vida:

- ♦ à *verdade*, porque o sofrimento das vítimas denuncia a perversidade do sistema dominante. A globalização trouxe bem-estar, mas somente para poucos, às custas de multidões condenadas à exclusão;
- ♦ à *solidariedade*, porque é preciso decidir-se “ou mudamos ou morremos”. “A lei básica do universo não é a competição

que divide e exclui, mas a cooperação que soma e inclui”.<sup>22</sup> Trata-se da partilha de existências. O mundo só se salvará se cada um tomar conta do outro. As vítimas apontam o caminho: tomar conta uns dos outros, fazer do mundo uma família, na qual haja proximidade no lugar da distância; estima recíproca no lugar do desprezo; alegria de estar com o outro no lugar do medo do outro. Nesse mundo haverá cuidado, carinho, afetividade, acolhida, comunhão;

- ♦ à *civilização da vida*, porque as vítimas convocam a viver um novo estilo de vida: a pobreza na simplicidade, na essencialidade, através do consumo crítico e solidário, da visão ecológica de preservação de toda a vida do planeta para a geração atual e para as gerações futuras.

## 2.4 As Pastorais Sociais na CNBB

Integradas à Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, as Pastorais Sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo ali atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas junto ao mundo do trabalho, nas situações nas quais se encontram povos de rua, crianças em situação de risco, sem terra, sem teto, mulheres marginalizadas, comunidades negras e no campo da mobilidade humana, junto aos presidiários, aos pescadores, aos trabalhadores rurais, aos sem moradia... As Pastorais Sociais vivem, portanto, um desafio diante das exigências de responder às necessidades humanas em nome do Evangelho.

Em função da capilaridade das Pastorais Sociais, cabe à Comissão da CNBB, em âmbito nacional, ser instrumento de animação e articulação destes diferentes serviços, compreendendo que as ações

---

22 BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. Petrópolis: Vozes, 1992.

acontecem em diferentes ambientes e situações, nos quais se torna indispensável o discernimento urgente dos agentes. O diálogo permanente e franco pode levar a identificar, em conjunto, as causas da exclusão social em âmbito nacional, planejar e animar ações articuladas e de consenso que denunciem profeticamente tudo o que produz injustiça, desigualdade, miséria e que anunciem que outro Brasil é possível e está sendo construído por muitas iniciativas eclesiais e populares.

A Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz é constituída por nove Organismos e dez Pastorais Sociais Específicas. Compõem também a Comissão, o Setor das Pastorais da Mobilidade Humana e a Comissão do Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome.

**Organismos:** Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES), Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Sobriedade e Pastoral da Pessoa Idosa.

**Pastorais Sociais Específicas:** Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Pastoral dos Nômades, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Afro-Brasileira e Pastoral da AIDS.

**Setor das Pastorais da Mobilidade Humana:** Apostolado do Mar, Pastoral Rodoviária/estrada, Pastoral dos Migrantes, Pastoral dos Refugiados, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Pescadores e Pastoral do Turismo.

**Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome:** *um secretariado para a dinamização do mutirão.*



## **2.5 Lugares da missão de Jesus – Lugares da missão da Pastoral Social**

Concluindo este segundo capítulo, propomos uma reflexão que tem como paradigma o desenvolvimento da missão do próprio Jesus. Ao refletir sobre a missão da Pastoral Social, é importante ter presente a missão de Jesus Cristo. Consideramos duas dimensões da missão, que precisam ser bem articuladas. Uma tem a ver com seu caráter permanente e seu conteúdo – que pode e deve ter seu significado cada vez mais aprofundado. Essa missão está explícita no Evangelho da comunidade de Lucas, em 4,16-21. A segunda dimensão está ligada ao tempo e ao lugar em que a missão de Jesus concretiza-se. Nesta segunda dimensão, a missão de Jesus e da Igreja assemelham-se em sua essência e diferenciam-se nas circunstâncias históricas. Jesus realizou sua missão há mais de dois mil anos, em uma realidade social, política e cultural muito específica. Foi responsabilidade de Jesus a forma concreta da vivência de sua missão. É responsabilidade da Igreja a definição da forma concreta de realizar a

mesma missão hoje, encarnando o Evangelho nas potencialidades e contradições da realidade do mundo atual.

Vale a pena lembrar que o próprio Jesus deixou clara essa responsabilidade, diretamente vinculada à vivência da fé: *“quem crê em mim fará as obras que eu faço, e fará ainda maiores do que estas. Pois eu vou para o Pai”*.<sup>23</sup> Ele sabia que as condições históricas para ir avançando na construção e no anúncio do Reino seriam necessariamente muito diferentes dois mil anos depois de suas obras, de seu pastoreio. Suas opções e sua prática lhe valeram a condenação à morte de cruz por parte dos poderosos, que se sentiram ameaçados, e por parte dos religiosos que controlavam o sistema do Templo em benefício próprio; mas, ao mesmo tempo, lhe valeram a ressurreição como sinal da consagração de sua forma de ser e viver por parte do Pai.

É fundamental, portanto, não ter medo de refletir sobre o tempo em que vivemos e sobre a realidade da Igreja que constituímos e amamos. Jesus continua querendo a nossa participação livre na construção e anúncio do Reino de Deus para e com a humanidade. Foi para isso que ele se fez um de nós - *em tudo igual aos seres humanos, menos no pecado* -, para descobrirmos que também nós podemos fazer o que ele fez e podemos fazer de maneira diferente, a depender do lugar, do tempo, da cultura de cada realidade. Temos um grande *defensor*: o Espírito Santo, que estará conosco, confirmando a palavra de Jesus e complementando o que ainda não tivermos compreendido.<sup>24</sup>

Vamos considerar agora os lugares paradigmáticos da missão de Jesus para compreender os lugares da missão da Igreja hoje.

**A Galiléia.** É o lugar onde moravam os mais pobres, destinatários privilegiados do anúncio do Reino de Deus. É aí que Jesus marca presença. É a Galiléia das nações, onde diversos povos encontram-

---

23 Jo 14,12.

24 Cf. Jo 16,7-14.

se e procuram viver na diversidade. Lugar da pluralidade cultural, a Galiléia tem muita vida. Nesse ambiente rico em diversidade, Jesus encontra o povo que sofre discriminação por não ser de uma única raça. Este povo excluído é considerado por Jesus povo eleito por Deus, por isso interlocutor de sua missão. É para a Galiléia que Jesus envia os Apóstolos logo depois da Ressurreição.<sup>25</sup> A Galiléia continua ainda hoje sendo o lugar privilegiado para o encontro com Cristo Ressuscitado, portanto, o lugar das Pastorais Sociais. O lugar da Igreja é nas *galiléias* dos nossos dias, no meio dos pobres. No mundo da rua, das situações de abandono, dos corredores das delegacias, das prisões, das unidades de privação de liberdade, das vielas e dos becos das favelas, das casas de prostituição onde se consumam as piores barbaridades contra crianças, adolescentes, mulheres, em sua maioria negros e negras.

Nesta realidade a Pastoral Social é chamada a marcar presença também. Quem faz a opção de trabalhar com estes “insignificantes” e “sobrantes” aos olhos de uma sociedade perversa; sabe que seus principais companheiros de caminhada são os pobres, aqueles que ninguém quer, que são excluídos, expulsos, que vivem às margens da comunidade, que incomodam, que lotam as delegacias e os presídios. São aqueles cujos nomes, muitas vezes, não estão inscritos nos registros de batismo de nossas paróquias, mas estão gravados no coração de Deus pela dor inocente que acaba com suas vidas e pisoteia sua dignidade.

**O Deserto.** É o lugar para onde Jesus dirigia-se para estar com o Pai. É a etapa do silêncio, do contato íntimo com Deus, do discernimento, do enfrentamento das tentações. A missão que levamos adiante não nos pertence, ela é de Deus. O deserto é o lugar da escuta amorosa e obediente, do diálogo com Deus.

Não é qualquer “deus” que nos envia. É o Deus de Jesus Cristo quem nos interpela e nos convoca para a missão. É o Deus da Vida,

---

25 Mt 28,10.

o Emanuel, presença solidária no meio dos pobres; o Deus “samari-tano”, que se faz próximo do pobre pisoteado na beira da estrada; o Bom Pastor, que conhece suas ovelhas e dá a vida por elas; o Deus da misericórdia, que larga tudo para ir ao encontro da ovelha perdida e a carrega com ternura em seu ombro; o Pai bom, que aguarda o retorno do filho e, ao encontrá-lo, faz festa; o Deus crucificado, que conhece o sofrimento das pessoas e solidariza-se com aqueles que padecem sob o peso da tortura e da morte violenta; o Deus ressuscitado que, derrotando a morte, afirma que a cruz é um castigo infamante que não pertence ao projeto de Deus, pois ele é a vitória da plenitude da vida.

Deus nos desacomoda e nos dinamiza, nos lança para constantes apelos e desafios: manifestar o Deus da justiça, da alegria e da vida que caminha com seu povo; comprometer-se sempre mais com a luta de libertação do povo e com a recuperação da dignidade humana.

**A Samaria.** A Samaria era a região central da Palestina. Para ir da Galiléia a Jerusalém era comum ir pelo caminho das montanhas, atravessando a Samaria. Os samaritanos constituíam um povo com grande mistura de crenças religiosas. Os judeus os consideravam heréticos e cismáticos, impuros em grau extremo e causadores de impureza. Não podiam entrar no Templo nem oferecer sacrifícios. Chamar alguém de “samaritano” era um dos piores insultos.

No tempo de Jesus, havia um círculo de ferro que se fechava impiedosamente sobre o povo. Palavras como doença, pecado e pobreza, mulher, criança e estrangeiro, eram praticamente sinônimos de exclusão social. Tudo isso era parte de um preconceito que envolvia os indefesos, gerando um círculo vicioso de exclusão social. Jesus, ao falar com uma mulher samaritana no poço, a sós, rompe de uma só vez com dois fortíssimos preconceitos de seu tempo: o sexual - discriminação contra a mulher, que proibia a um homem falar sozinho com uma mulher -, quando diz: “Mulher, dá-me de beber”, e o nacional-racista, que inimizava de morte is-

raelitas e samaritanos. Do ponto de vista teológico, esta cena fala da liberdade de Deus, que não quer ser encerrado nos templos, mas quer relacionar-se conosco e com toda a humanidade como Pai, em espírito e em verdade. Neste sentido, podemos dizer que a missão da Samaria é um convite a romper com preconceitos.<sup>26</sup>

Na Samaria, o poço sugere o lugar da abertura. Jesus é aberto às riquezas que os excluídos revelam, à sua resistência, à sua força oculta aos cegos, à sua fé. Por isso, mais do que semear e levar “verdades”, Jesus vai reconhecendo a água viva que encontra no íntimo de cada pessoa, no coração de cada ser humano, como encontrou no coração da mulher samaritana. O diálogo de Jesus com a samaritana deixa claro que sua missão é abrir poços, muitas vezes proibidos pelas conveniências sociais, pela lei, pelos muros da exclusão social.

Como evangelizadores, muitas vezes somos tentados a achar que temos a água e que o excluído tem a sede. Esquecemos que, na verdade, todos somos uma mistura de água e de sede. Isso revela em profundidade que o poço é o lugar onde a água e a sede encontram-se, misturam-se e complementam-se. É preciso pôr-se a caminho e, no caminho, abrir poços. O encontro da Pastoral Social com o excluído pode se dar no poço, na coragem de abrir poços, onde ninguém mais o faria. Quem é que, hoje, vai visitar a favela, o lixão, os alojamentos de trabalhadores, os assentamentos de sem-terra? Cabe a nós, como Igreja de Jesus Cristo, abrir esses poços difíceis e muitas vezes conflituosos.

**Jerusalém.** Toda a missão de Jesus é um caminhar rumo a Jerusalém. Jerusalém é o centro do poder religioso, econômico e político. Jesus dirige-se até lá para colocar em discussão os mecanismos do poder. Se existe a Galiléia, periferia marginalizada, é porque existe Jerusalém, poder marginalizador. Se há pobres é porque existem exploradores que massacram o povo. Se existem situações de exclusão é porque a política não é mais a arte do serviço ao bem comum; a

---

26 Cf. Jo 4,1-39.

cultura dominante é aquela que transforma o ser humano em grande consumidor. Sua ética é maquiavélica: os fins justificam os meios, a ganância a qualquer custo justifica o massacre de milhões de pobres, a religião dominante é aquela que professa o “deus capital”, apregoa a resignação e difunde a espiritualidade da prosperidade em detrimento de um estilo de vida mais sóbrio, que torne possível a justa distribuição das riquezas. Se há pobres é por que há também os que traem o Evangelho e calam-se diante dos crimes cometidos contra uma grande parcela da humanidade.

Esta é a parte mais difícil da missão: o confronto. Mas não há verdadeira missão a serviço do Reino sem confronto com tudo aquilo que vai contra a proposta de Jesus de Nazaré.

**Lugares e momentos inter-relacionados.** Examinamos em seqüência os lugares da missão de Jesus. Esses lugares e seus momentos são, no entanto, inseparáveis. Há quem permaneça no “deserto” e não se transfira para os lugares da missão. Essas pessoas correm o risco de uma espiritualidade evasiva, alienante, desencarnada. Acreditam que o tempo dedicado aos outros seja subtraído a Deus. Mas é arriscado também desenvolver a missão em um só desses “lugares”, sem ter referência com o Deus da vida. Quem vai somente à “Galiléia” e não coloca em discussão os mecanismos geradores da opressão (Jerusalém) limita-se a fazer um trabalho assistencialista: enfaixa as feridas e acaba convencendo o povo a resignar-se diante de um sistema que é apresentado como definitivo e imutável.

Quem vai à “Galiléia” e a “Jerusalém” e não pára na “Samaria” para beber da água da vida, corre o risco de enquadrar as pessoas em seu ritmo, de torna-se “pastor de si mesmo”, atitude que Jesus condenou, e, por isso, contribuirá para a dispersão do povo.

Para quem faz a experiência da missão, também o deserto adquire novo valor, o valor da recuperação das energias e do encontro verdadeiro com Deus Salvador. Quem vai à “Galiléia”, a “Jerusalém” e

à “Samaria” e esquece de parar no “deserto” deixa-se arrastar pelo entusiasmo, mas cai diante das primeiras dificuldades por não contar com o alimento de uma forte espiritualidade.

Quem vai somente a “Jerusalém”, sem ter no coração a situação da “Galiléia”, sem a lição da “Samaria”, de abrir novos poços e sem passar pelo “deserto”, arrisca-se a cair nas amarras do poder.

## **2.6 Partir em missão... é preciso**

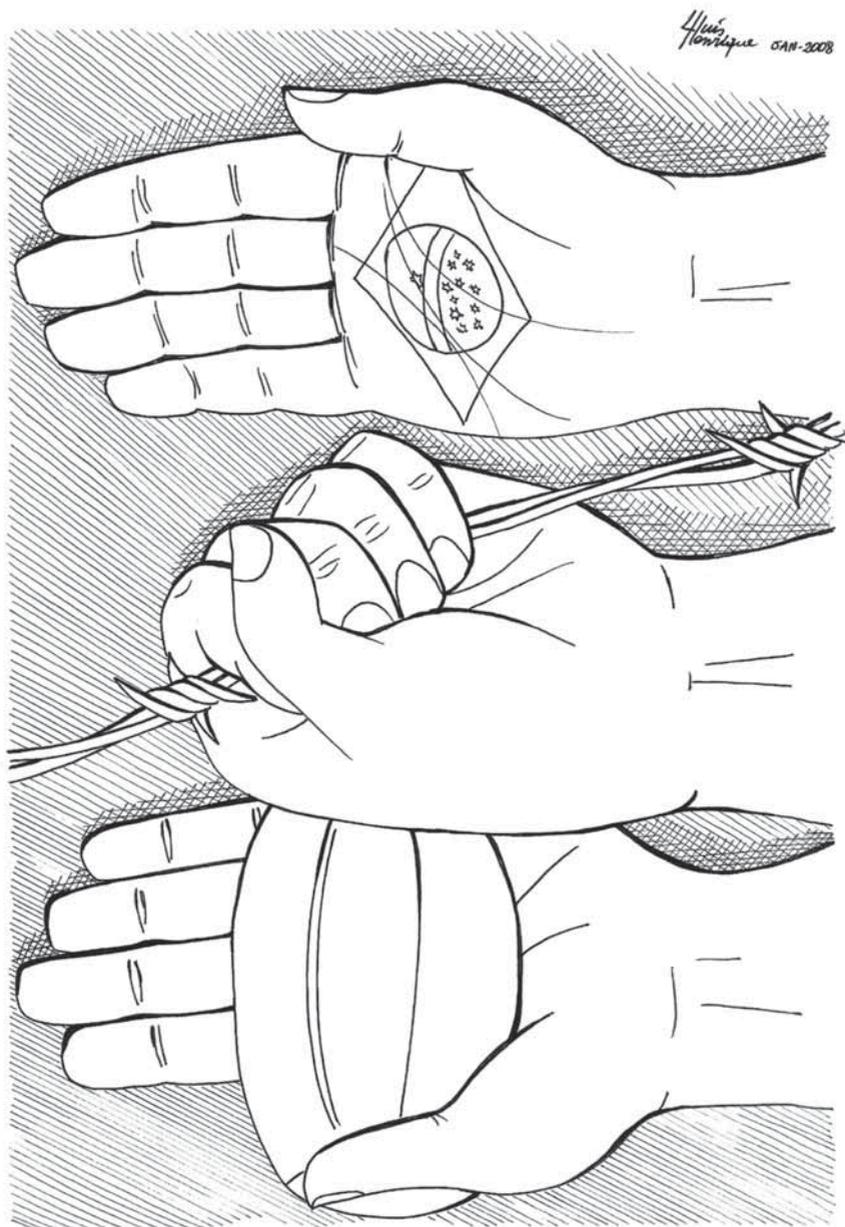
“Vão e anunciem: o Reino de Deus está próximo”<sup>27</sup>. Parte-se em missão por causa das exigências do Reino: a prática da justiça, do amor e da misericórdia. Encarnando a sensibilidade de Jesus seremos levados a sentir as dores de seu povo. É na compaixão de Jesus, o Bom Pastor, que está a raiz da missão de discípulos e discípulas.

Dom Hélder Câmara dizia que *“missão é partir, caminhar, deixar tudo, sair de si, quebrar a crosta do egoísmo que nos fecha no nosso eu. É parar de dar volta ao redor de nós mesmos, como se fôssemos o centro do mundo e da vida. É não se deixar bloquear pelos problemas do pequeno mundo a que pertencemos; a humanidade é maior. Missão é sempre partir, mas não devorar quilômetros. É abrir-se aos outros como irmãos, descobri-los e encontrá-los. E se para encontrá-los e amá-los é preciso atravessar os mares e voar lá nos céus, então, missão é partir até os confins do mundo”*.<sup>28</sup>

---

27 Mt 9, 35; 10,15

28 MOSCONI, Luiz. *Dar um sentido verdadeiro à vida: o maior desafio do ser humano*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 321.



“Vê que escrevi teu nome na palma de minha mão,  
tenho sempre tuas muralhas diante dos olhos”. (Is 49,15-16)



# Capítulo 3

## ESPIRITUALIDADE PARA UMA AÇÃO TRANSFORMADORA

*“Todo o que beber desta água, terá sede de novo; Mas quem beber da água que eu darei, nunca mais terá sede”. (Jo 4,13-14)*

Cristãos e cristãs envolvidos com as Pastorais Sociais enfrentam, cotidianamente, a situação de miséria, opressão e violência nos âmbitos econômico, político, social, cultural e de gênero, ou seja, enfrentam uma realidade marcada pela injustiça institucionalizada.

Este enfrentamento supõe situações de conflito e embates políticos, pois em seu compromisso com o estabelecimento de uma sociedade justa e solidária, esses agentes de pastoral, associados a outros movimentos sociais, mexem em interesses de grupos privilegiados ou que não desejam que haja mudanças.

Não raro surgem incompreensões por parte dos próprios irmãos das comunidades. Muitas vezes, ouvem-se acusações de que as Pastorais Sociais confundem-se com política, partidos ou movimentos sociais. As pessoas envolvidas com a dimensão social da fé são, por vezes, acusadas de não cultivar a espiritualidade ou

simplesmente de fecharem-se à dimensão transcendente e interessarem-se exclusivamente pela ação histórica.

O campo de ação das Pastorais Sociais é, pois, conflitivo, porque elas movem-se em situações de “fronteira” e de “deserto”. Agindo nestes campos, os cristãos são chamados a manifestar a presença de Deus revelado em Jesus Cristo e a atualizar a sua presença, posicionando-se segundo os critérios da ação de Jesus. E isso não é fácil, pois a realidade, em si mesma, muitas vezes, não é clara ou é difícil de ser percebida em sua totalidade. A conflitividade exige permanentemente a capacidade de “discernir os espíritos”, pois sempre estamos sujeitos às tentações e aos atropelos.

O cristão é chamado a ler a história e a realidade com o olhar de Deus, sabendo que esta leitura não se dá de forma imediata, nem de maneira clara e cristalina. É preciso, como dito anteriormente, discernir e interpretar os fatos, os acontecimentos e os atores dentro da ambigüidade e com os limites que o olhar humano, histórico e limitado ainda carrega, pois “agora vemos como em espelho e de maneira confusa”, conforme expressão do apóstolo Paulo.<sup>29</sup>

Esses limites na leitura e na compreensão da realidade não devem paralisar as pessoas, e sim incentivá-las a perceberem os sinais de Deus, os quais, muitas vezes, mostram-se de forma velada. Para acolher essa manifestação, é preciso ter bem abertos os olhos e o coração, para não deixar-se enganar por falsos sinais que podem desviar do caminho do verdadeiro seguimento de Jesus.

O cultivo da mística e da espiritualidade, individual e comunitária, nos desperta e nos mantém no serviço da caridade. Aponta para o compromisso com Jesus e o seu Reino.

---

29 Cf. I Cor 13,12.

### 3.1 Mística e espiritualidade

Fala-se muito de mística e espiritualidade, mas “não é fácil definir exatamente o que é mística e espiritualidade”.<sup>30</sup> Embora não seja de compreensão unívoca, a mística liga-se às motivações profundas, aos valores que movem a pessoa a partir de dentro, capazes de gerar ações em prol de outrem ou da comunidade como um todo. Embora não tenha necessariamente origem religiosa, a mística é ampla, diversificada e mobiliza a pessoa a entregar-se a uma causa, chegando, se necessário, à entrega da própria vida.

Quando se fala de espiritualidade no âmbito das Pastorais Sociais, pretende-se tratar daquilo que sustenta agentes e lideranças que assumem a tarefa de agir em nome da Igreja, em espaços nos quais a vida é ameaçada e em que se esperam ações que transformem esta realidade de morte em sinais do Reino de Deus, ou seja, ações que recuperem, devolvam a vida e a esperança àqueles que se encontram na sombra da morte.

Embora distintas, mística e espiritualidade relacionam-se e alimentam-se. A mística é a opção fundamental, a decisão que cada um e cada uma toma em favor de quê e de quem gastar a própria vida. A espiritualidade é o que sustenta esta decisão, a alimenta, não deixa esmorecer a atitude fundamental, é viver segundo o Espírito Santo. Desta maneira, espiritualidade não é algo já pronto. É um caminhar na história. Neste sentido, pode-se dizer que a mística dos envolvidos com as Pastorais Sociais é a mística da defesa e do cuidado da vida, nas várias áreas nas quais ela é ameaçada. A espiritualidade é a energia que brota do encontro pessoal com Jesus Cristo, na convivência com os pobres, na atenção à Palavra de Deus e na participação na celebração da Eucaristia.

---

30 BARROS, Marcelo. *O Reencanto da vida*, em BEOZO, José Oscar(org.). *Espiritualidade e Mística*. 2 ed. São Paulo: Cesepp/Paulus, 1997, p. 13.

## 3.2 As fontes da Espiritualidade Cristã

### Convivência com os pobres

No encontro com o mundo dos pobres, os agentes das Pastorais Sociais recebem a força e a coragem para seu engajamento, pois no rosto dos excluídos e marginalizados encontra-se a razão da ação solidária. Os Bispos, em Aparecida, recordaram que *“o encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo. Da contemplação do rosto sofredor de Cristo neles e do encontro com ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino”*.<sup>31</sup>

Estar com os pobres<sup>32</sup> é condição para reconhecer seus valores, suas lutas, seu modo próprio de expressar a fé e sua maneira de celebrá-la. Na religiosidade popular encontram-se também exemplos de resistência, criatividade, coragem, esperança.

A convivência e a amizade com as pessoas que vivem em situação de pobreza, marginalização e exclusão são capazes de estabelecer relações novas, que fazem dos excluídos sujeitos de sua libertação. O agente está junto, incentiva, colabora. Ao mesmo tempo, aprende, humaniza-se e experimenta a presença amorosa de Deus, que acompanha e sustenta o povo.

### Palavra de Deus

A Palavra de Deus dá os critérios e sustenta a ação dos cristãos, por isso, eles são convidados a ter grande intimidade com ela. A Palavra

---

31 DA, nº 257.

32 “Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve nos conduzir à amizade com os pobres” (DA, nº 398).

de Deus não é somente lida no livro. Ela é consultada no coração. É ali - guardada com afeto, tornada vida - que ela é capaz de orientar e ajudar na decisão. É quase dispensável afirmar que, para chegar à intimidade com a Palavra, é preciso leitura, estudo, meditação e oração sistemática e cotidiana da Bíblia, tanto individualmente como nos encontros e atividades pastorais. A tradição cristã guardou o “método da leitura orante da Bíblia”<sup>33</sup> como um modo de adquirir intimidade com ela. O documento da Conferência de Aparecida apresenta a *lectio divina* ou o exercício de leitura orante da Sagrada Escritura como forma privilegiada à qual todos são convidados. Com seus quatro momentos (leitura, meditação, oração, contemplação), ela favorece o encontro pessoal com Jesus Cristo.<sup>34</sup>

A experiência de Jesus explicita sua relação amorosa com Deus e sua manifestação histórica pela palavra transmitida de geração em geração. No início de seu ministério, na sinagoga de Nazaré, Jesus encontra na Escritura o fundamento de sua ação: *“O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa-Nova aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano de graça da parte do Senhor”*. Depois, fechou o livro, entregou-o ao ajudante e sentou-se. Os olhos de todos, na sinagoga, estavam fixo nele. Então, começou a dizer-lhes: *“Hoje se cumpriu esta passagem da Escritura que acabastes de ouvir”*.<sup>35</sup>

O Documento de Aparecida diz que a Palavra de Deus é *“dom do Pai para o encontro com Jesus Cristo vivo, caminho de autêntica conversão e de renovada comunhão e solidariedade”*.<sup>36</sup>

---

33 Cf. uma excelente apresentação deste método: CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. *Leitura Orante da Bíblia*. São Paulo: Loyola/CRB, 1990. Coleção Tua Palavra é Vida, vol. 1

34 Cf. DA, nº 249.

35 Lc 4,16-21.

36 DA, nº 248.

A proximidade com a Palavra permite aos agentes de pastoral fazerem a experiência de Deus, tendo um olho na Bíblia e um olho na vida do povo. Deste duplo olhar brota a espiritualidade que sustenta a ação junto aos oprimidos e que colabora para fazer deles sujeitos de sua história.

## **Eucaristia**

*“A Eucaristia é o lugar privilegiado do encontro do discípulo com Jesus Cristo. Com este Sacramento, Jesus nos atrai para si e nos faz entrar em seu dinamismo em relação a Deus e ao próximo. Há um estreito vínculo entre as três dimensões da vocação cristã: crer, celebrar e viver o mistério de Jesus Cristo, de tal modo que a existência cristã adquira verdadeiramente uma forma eucarística”.*<sup>37</sup>

Celebrando este sacramento na comunidade, os cristãos e, em particular, as Pastorais Sociais prefiguram a esperança utópica do Reino de Deus, que manifesta nos sinais já presentes na generosidade, na partilha e na solidariedade com os mais fracos. Esta é a dinâmica que dá sentido e conteúdo à Eucaristia, pois se ela não for precedida do serviço concreto (lava-pés) aos pobres e sofredores, ela torna-se vazia e inútil. Aliás, é este serviço, segundo João Paulo II, que dá autenticidade à eucaristia: *“Penso no drama da fome que atormenta centenas de milhões de seres humanos, penso nas doenças que flagelam os países em vias de desenvolvimento, na solidão dos idosos, nas dificuldades dos desempregados, nas desgraças dos imigrantes. Trata-se de males que afligem, embora em medida diversa, também as regiões mais opulentas. Não podemos iludir-nos: do amor mútuo e, em particular, da solicitude por quem passa necessidade, seremos reconhecidos como verdadeiros discípulos de Cristo. Com base neste critério, será comprovada a autenticidade das nossas celebrações eucarísticas”.*<sup>38</sup>

---

37 DA, nº 251.

38 PAULO II, Papa João. *Mane Nobiscum Domine*, nº 28. 4ª ed. São Paulo: Paulinas, 2005.



### 3.3 Espiritualidade para uma nova ação pastoral

Na história do cristianismo, há uma série de paradigmas de espiritualidade. As narrativas evangélicas são, sem sombra de dúvidas, as referências fundamentais para nossa experiência espiritual. Nelas é possível nos confrontarmos com o Mestre Jesus e discernir as opções para ser fiel a ele.

A reflexão que segue retoma um paradigma patrístico iluminador que se liga aos textos escriturísticos e ao conjunto da vivência de fé. Trata-se de um texto de São Gregório<sup>39</sup>, monge escolhido para presidir a Igreja de Roma, num período que a cidade estava em situação de colapso pela pobreza e pela peste, pela desorganização institucional e política. Gregório acolhe a missão, deixa o “sossego” do mosteiro e

---

39 Trata-se do famoso São Gregório Magno, posteriormente declarado um dos quatro doutores da Igreja do Ocidente, junto com Agostinho, Jerônimo e Ambrósio. Gregório nasceu em Roma por volta de 540 e foi escolhido bispo em 590. Foi muito exigido, pois Roma estava tomada pela peste e destruída pelos Longobardos. A Igreja era a única instituição mais ou menos organizada. Além de bispo, Gregório teve que tomar providências civis, políticas, jurídicas na cidade. Cf. DROBNER, H. *Manual de Patrologia*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 500-510.

passa a viver na cidade. Desta experiência nasce a sua “Regra Pastoral”. Ela é um escrito, de caráter prático e espiritual, destinado aos líderes comunitários, que exerciam ministérios nas comunidades, aos quais São Gregório designa pelo significativo nome de ‘pastor’. Embora escrito no início do século VI, o texto tem impressionante atualidade. Se a linguagem não é tão clara para nossos dias, deve-se ‘traduzi-la’, de forma que o conteúdo contribua para nosso aprofundamento.

Vejam os textos:

*Tenha o pastor uma compaixão que o faça próximo de cada um e uma contemplação que o arranque da terra mais que tudo. Pela força de seu amor de pai, cuide das enfermidades dos outros. Pela altura de sua contemplação eleve-se sobre si mesmo, desejando aquilo que não se vê. Não fique desatento com as misérias do próximo quando se entrega à contemplação. Não abandone suas altas aspirações quando se faz próximo das misérias humanas.*

*Os verdadeiros pastores não apenas se entregam à contemplação daquele que é a cabeça da Igreja, o Senhor, mas também descem em direção aos membros pela compaixão. É por isso que Moisés, frequentemente, entrava na Tenda e dela saía. Dentro, ele se alegrava na contemplação. Fora, se apressava em atender as necessidades dos que sofrem. Dentro, ele meditava os segredos de Deus. Fora, carregava o fardo dos pobres. Em suas dúvidas ele sempre retornava para a Tenda e consultava o Senhor diante da Arca da Aliança.*

*Assim deu, certamente, o exemplo aos pastores: quando fora eles hesitam sobre decisões a tomar, voltarão sempre a seus corações, transformados em tendas. Consultarão o Senhor diante da Arca da Aliança, se procurarem neles mesmos, em seu interior, as páginas do Livro Sagrado para a solução de suas dúvidas.*

*Também a Verdade em pessoa, que se tornou visível para nós assumindo nossa humanidade, se dedicou à oração na montanha e realizou milagres nas aldeias. É um exemplo dado aos verdadei-*

*ros pastores. Entregues à contemplação, deixem-se ocupar com as necessidades dos mais fracos pela compaixão. A caridade se dirige maravilhosamente para as alturas quando ela se deixa, com misericórdia, atrair para as misérias do próximo. Mais ela desce com amor para as fraquezas, mais ela se dirige às alturas*<sup>40</sup>.

Este texto, embora antigo quanto à sua composição, é bastante atual em sua mensagem. Gregório apresenta a figura do pastor, raiz e sentido da ação pastoral. Na imagem do pastor apresenta um modelo, um paradigma para a vivência da espiritualidade na ação pastoral, tanto individual, quanto comunitária.

Dito de outro modo: o caminho indicado por São Gregório aos pastores pode ser assumido pelas lideranças comprometidas na animação das diversas pastorais. Sem uma mística que fundamente e anime o compromisso, corre-se o risco de desanimar, de instrumentalizar as pessoas ou torná-las objeto da ação. A espiritualidade cultivada leva à esperança que, mesmo nas dificuldades, nos desertos, nos silêncios de Deus, mantêm o olhar no horizonte, na promessa, na palavra daquele que não decepciona.

Gregório também dá uma indicação para nossas pastorais, para o conjunto da organização, para as pessoas envolvidas. Ao mesmo tempo em que cultivamos individualmente uma espiritualidade, nossas pastorais são convidadas a alimentar um caminho que anime e dê coerência e unidade às suas práticas, pois a ação pastoral sem o calor e a luz da mística não é capaz de realizar todo o seu potencial.

É preciso colocar em evidência duas categorias trabalhadas por Gregório: contemplação e compaixão. Para ele, ser pastor é articular estas duas experiências complementares. E ser pastor, no fundo, é ser cristão, ou seja, este itinerário proposto aos pastores é também proposto para todas e todos aqueles que assumem sua fé em Jesus Cristo.

---

40 MAGNO, Gregório, *Regra Pastoral* II, 5. Utilizamos a tradução oferecida por GUIMARÃES, Marcelo. *Conversando com os pais e mães da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 78-79.

Contemplação indica a intimidade da pessoa consigo mesma e com Deus. É a capacidade de silenciar, de deixar-se iluminar pela presença e pela palavra de Deus. Gregório utiliza as imagens da “tenda”, onde Moisés consultava o Senhor diante da Arca; da “montanha”, aonde Jesus vai para rezar; do “deserto”, para onde se retira. Estar nestes espaços é estar na presença daquele que dá sentido completo à história. A contemplação abre os horizontes, amplia o olhar e o purifica. Essa contemplação não é, porém, alienada. Ela é comprometida. O pastor, quando se dedica à contemplação não esquece o sofrimento, a miséria e a necessidade do outro. Essa realidade é a matéria, a bagagem que a pastoral é convidada a levar diante de Deus.

O pastor e as Pastorais Sociais todas não se contentam, no entanto, com a contemplação. Não é espiritualidade cristã a que se limita à adoração, ao louvor, à prece fervorosa. De acordo com São Gregório, o pastor, seguindo o exemplo de Moisés e do próprio Jesus, transforma a contemplação em compaixão, isto é, em serviço, a partir do sofrimento, da dor, da dificuldade daquele que sofre – o pobre, o doente, o desempregado... - e poderíamos lembrar todas as feições elencadas em Puebla<sup>41</sup> e atualizadas, recentemente, em Aparecida<sup>42</sup>.

Às vezes, esta compaixão se faz serviço concreto de “carregar o fardo”, “curar os doentes na planície”, mas também é compaixão o processo de conduzir o povo pelo deserto, em direção à terra prometida, com todas as dificuldades próprias deste caminho, com todas as objeções, contradições e oposições que o líder precisa enfrentar na construção conjunta do processo de libertação. A espiritualidade genuinamente cristã traz consigo um compromisso social. A espiritualidade é, assim, a verdadeira fonte da Pastoral.

---

41 Cf. III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, *Puebla*, n. 32-39, 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1980. Onde os bispos elencam as “feições sofredoras de Cristo que nos questiona e interpela” (*Puebla*, nº 31)

42 DA, nn. 407-430, onde são lembrados, particularmente, moradores de rua, migrantes, enfermos, dependentes de drogas e prisioneiros.

Do caminho proposto por Gregório – que serve tanto para o indivíduo quanto para o conjunto da pastoral – podem ser destacados alguns elementos.

### **Espiritualidade articulada com a prática**

A prática ou o compromisso é o selo de qualidade da espiritualidade do cristão/ã e das Pastorais Sociais, ou seja, uma prática somente é cristã se inspirada e sustentada por uma mística evangélica. A articulação entre a prática e a espiritualidade é expressa por São Gregório Magno quando afirma: *“Não fique desatento com as misérias do próximo quando se entrega à contemplação. Não abandone suas altas aspirações quando se faz próximo das misérias humanas”*.

A vida de oração e a prática da caridade não são momentos independentes ou separados. Elas nutrem-se e complementam-se. É isso que São Gregório diz ao afirmar: *“A caridade se dirige maravilhosamente para as alturas quando ela se deixa, com misericórdia, atrair para as misérias do próximo. Mais ela desce com amor para as fraquezas, mais ela se dirige às alturas”*. Esta articulação atesta a veracidade da espiritualidade e confirma a raiz cristã da caridade e da prática misericordiosa.

Na Carta de Tiago também aparece esta temática: *“que adianta alguém dizer que tem fé, quando não a põe em prática?”*.<sup>43</sup> Depois de refletir e retomar modelos bíblicos, Tiago conclui: *“a fé, sem a prática, é morta”*.<sup>44</sup>

### **Espiritualidade alimentada no cotidiano**

A espiritualidade e a mística não são tempos extraordinários da vida. Elas são alimentadas cotidianamente. As vicissitudes do dia-a-dia, as dificuldades, as exigências da prática cotidiana da caridade for-

---

43 Tg 2,14.

44 Tg 2, 26.

necem o “material” para a oração. Ao mesmo tempo, a ação ganha novo sentido pela iluminação que vem da celebração, da Palavra de Deus ouvida e meditada.

Neste sentido, ganham muita importância celebrações preparadas para iniciar ou concluir encontros ou mesmo para marcar o início e a conclusão de ações concretas de proteção e cuidado com a vida. Os momentos de espiritualidade comunitária, marcados pela religiosidade popular, pela meditação da Palavra de Deus, pelos cânticos da luta e da caminhada, dão vigor renovado aos que se envolvem nas tarefas dos grupos comunitários, nos movimentos de luta por moradia, trabalho, terra, na organização popular para promover o protagonismo dos excluídos.

A pastoral que está a serviço do povo, especialmente do mais abandonado, supõe a capacidade de dialogar com ele. Ajuda também o povo a “beber no próprio poço”. Isto significa dizer que ela ajuda o povo a elaborar uma espiritualidade para sua própria experiência existencial.

A Pastoral pode sensibilizar o conjunto da Igreja para esta realidade e também despertar a vocação social adormecida na vida de tantos participantes das comunidades. Para que isso aconteça, nosso testemunho deve falar ao coração das pessoas, deve permitir que nos aproximemos delas. Testemunhamos, com humildade, a compaixão proposta por Jesus na parábola do “bom samaritano”, e lançamos o convite a outros irmãos e irmãs que podem responder à proposta que Jesus faz ao doutor da lei: “*Vá e faça a mesma coisa*”.<sup>45</sup> A experiência espiritual pode despertar novas pessoas para o compromisso concreto de fazer-se “próximo” daqueles/as que estão caídos à beira do caminho, seja na doença, na fome, no desemprego, no desânimo, na discriminação, na exclusão social e política.

---

45 Lc 10, 37.

## **Espiritualidade no conflito**

A oração e a espiritualidade não são feitas de momentos pacíficos, nem são ilhas de alienação que nos distanciam da história e de seus processos conflitivos. Grandes místicos narraram suas batalhas espirituais, pois é na oração que se travam os embates mais fortes na perspectiva da fidelidade ao Reino.

A experiência de Jesus, diante de sua “hora”, é emblemática. Na hora do conflito, da presença obscura da morte, Jesus retira-se em oração. Trata-se de uma oração dramática, de fazer suar sangue, pois é a hora decisiva. É a hora de comprovar a fidelidade ou abandonar o projeto de Deus.

Muitos cristãos e cristãs das Pastorais Sociais passaram ou estão passando por estes momentos. Um grande número teve a mesma sorte de Jesus: o martírio. Suportaram a dor, o sofrimento, a perseguição, a injustiça, a calúnia, porque estavam firmemente ancorados na fé sustentada pela espiritualidade, cultivada no dia-a-dia. Muitos enfrentaram a morte e derramaram seu sangue pela causa da justiça, certos de que a morte não era o fim. Do mártir Romero, temos a explicitação desta confiança: *“ressuscitarei na luta do povo”*.

Não são poucos os exemplos de homens e mulheres comprometidos com a caminhada pastoral de libertação que relatam tempos de crise, de trevas e de tentações: abandonar o caminho, seguir uma via mais fácil, acomodar-se.

Espiritualidade autenticamente cristã integra o conflito, pois, além de sustentar a prática dos cristãos e das pastorais, ela é espaço de discernimento, de confronto entre os valores do Evangelho e os “valores” do mundo.





“Vinde, benditos de meu Pai! Recebi em herança o Reino que meu Pai vos preparou desde a criação do mundo!”. (Mt 25,31-45)



# Capítulo 4

## METODOLOGIA: UM JEITO DE SER E DE AGIR

*“Felizes, sobretudo, são os que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática”.*<sup>46</sup>

*A pessoa que se torna discípulo de Jesus vive provocada por suas palavras: amem-se uns aos outros como eu amei a vocês... Não é quem diz: Senhor, Senhor!, que entrará no Reino dos Céus, mas quem ouve e põe em prática a Palavra de Deus... Se compreendessem o que significa “eu quero misericórdia e não sacrifícios”... Tudo que fizeram a um dos pequeninos foi a mim que o fizeram...*

Podíamos seguir lembrando muitas outras palavras, mas essas são suficientes para nos darmos conta que Jesus falava desse modo porque agia assim. Ele “falava com autoridade”. Esta é, então, a primeira qualidade do discípulo e discipula: a coerência entre o modo de ser e de agir. Sem o *ser*, manifestado por uma adesão profunda a Deus e pela motivação que marca o espírito, o *agir* é vazio, oco. Sem que o *agir*

---

46 Lc 11,28.

revele o ser, contudo, de pouco ou nada servirão as palavras, por mais lindas que sejam. Como lembra o apóstolo Tiago: “*mostre-me a sua fé sem obras e eu lhe mostrarei a fé pelas minhas obras... A fé sem obras é morta*”<sup>47</sup>; e Paulo: “*se não tivesse a caridade, seria como um bronze que soa... eu nada seria*”<sup>48</sup>.

A Pastoral Social é um serviço, um agir que, ao mesmo tempo, expressa seu *ser* ligado ao seguimento de Jesus, vai ao encontro dos irmãos e irmãs em necessidade, anima as comunidades cristãs a viverem sua fé por meio de obras de amor. Esse é o motivo para que as Pastorais Sociais e Organismos que animam a Pastoral Social levem a sério a metodologia de sua prática: que ela seja de fato um jeito correto e eficaz de amar como Jesus amou. Só assim as comunidades de seguidores e seguidoras de Jesus poderão anunciar os sinais de que ele é o *esperado* pela humanidade: *os cegos recuperam a vista, paralíticos andam, os leprosos são purificados, e os surdos ouvem, mortos ressuscitam e a pobres se anuncia a Boa Nova*.<sup>49</sup>

Nossa reflexão precisa levar em conta que as condições de hoje são diferentes das encontradas por Jesus de Nazaré, e que, por isso, a vivência da fé pode expressar-se em outros tipos de *obras*, talvez até *maiores* do que as praticadas por Jesus<sup>50</sup>. Também os *sinais* podem ser outros, como se verá.

## 4.1 Direito ao socorro

Se não mais existissem pessoas em situação de miséria, fome, abandono absoluto, não haveria mais necessidade de práticas de socorro. Porém existem tais pessoas e elas devem não apenas ser socorridas, mas o socorro deve ser realizado como reconhecimento de um direito

---

47 Tg 2,18.26.

48 1Cor 13,1-2.

49 Lc 7,22.

50 Jo 14,12.

social básico: o direito à vida. É isso mesmo: no mundo e no Brasil de hoje, o direito à vida é *básico*, está na base da organização em sociedade. Todas as pessoas que, por causa de sucessivas marginalizações históricas, encontram-se sem condições ou oportunidades de suprir o que precisam para viver com qualidade humana são credoras de uma *dívida social*. Esta deve ser saldada por toda a sociedade, por isso o Estado está obrigado a saldá-la.

Temos, aqui, a primeira reflexão sobre a metodologia seguida ou a ser seguida por Pastorais Sociais e Organismos articulados pela Comissão Episcopal da Justiça, da Caridade e da Paz, da CNBB: socorrer as pessoas que se encontram em extrema necessidade é o primeiro passo rumo à prática do amor-caridade. Porém, hoje, esse amor não pode limitar-se a ações de socorro: distribuir comida; arranjar alojamento; criar “obras de assistência” etc. Tendo presente que as pessoas são portadoras de um direito básico, essas ações de socorro precisam levar consigo essa mensagem e serem realizadas de tal maneira que essa mesma mensagem transforme as pessoas em sujeitos e agentes da conquista deste e de outros direitos dos quais são portadores.

Nada, portanto, de justificar e de contentar-se com práticas apenas assistencialistas. Estas negam o direito das pessoas e as transformam em objeto de ação de outras pessoas ou de instituições. Se nada é feito para que as causas das situações sejam enfrentadas e modificadas, as pessoas tornam-se dependentes permanentes, desmotivadas para a vida, como se fossem incapazes.

As ações de socorro são necessárias e válidas, desde que sejam realizadas com uma visão que as faça grávidas de humanidade e cidadania. Desde o início, são denúncias das situações e dos responsáveis por sua existência. A presença, o diálogo, o processo educativo, realizados junto com o socorro, devem favorecer o desenvolvimento da consciência, da vontade e das condições de ação para que as próprias pessoas que se encontram em necessidade exijam seus direitos, a co-

meçar pela sobrevivência, logo passando para alimentação, nutrição, moradia, saúde, educação, trabalho, previdência etc.

Percebe-se que, existem, hoje, possibilidades diferentes das encontradas por Jesus: a dimensão de *direito*, que tem raiz na dignidade da própria pessoa, e a dimensão de *cidadania*, reconhecida e possível em sociedades que se democratizam. Por isso, torna-se perigosa redução citar as expressões como *dar água a quem tem sede... pão a quem tem fome...* como tentativa de justificar ações que se limitam ao socorro e, às vezes, nem isso conseguem realizar, por se tratarem de ações isoladas, sem conseqüências. Ao se *dar pão ou água*, hoje, pode-se agir no sentido de mobilizar – evidentemente, respeitando o processo possível – as pessoas, as comunidades e a sociedade para assumirem seu poder de cidadania, exigindo as mudanças necessárias para que não haja pessoas sem os direitos sociais básicos atendidos.

## **4.2 Superar limitações, promover as pessoas**

Em todas as práticas das Pastorais Sociais, um elemento essencial é a implementação de ações que ajudem as pessoas a superarem limites que são frutos da marginalização e da exclusão que atingiram sua existência. Trata-se, por exemplo, de enfrentar o analfabetismo, a falta de capacitação profissional ou de organização de uma iniciativa. São práticas ligadas ao que se tem denominado “promoção humana”.

São iniciativas importantes para as pessoas que têm esses limites e essas necessidades. Não podemos dizer que tais limites são “naturais” ou são “culpa” das pessoas. Ninguém nasce sabendo – diz o provérbio popular. E ninguém aprecia não saber, poderíamos completar. Acontece que essas pessoas não tiveram oportunidades ou perderam ou lhes foi tirado o que sabiam fazer, sem lhes serem oferecidas alternativas. Essa é a história de milhares e milhares de camponeses e trabalhadores rurais, sobrantes ou expulsos do campo, forçados a

viver em cidades. Pode ter acontecido, também que, ao serem oferecidas, as oportunidades vieram junto com visões e metodologias preconceituosas, provocando justas resistências. Enfim, trata-se de limitações que têm origem social, são fruto das relações sociais profundamente desiguais que constituem a sociedade brasileira.

É necessário, pois, ter presente, mais uma vez, que a promoção humana também é um direito das pessoas. Pode-se dizer que ele está ligado ao direito à educação, ao trabalho, à moradia, à alimentação. Sempre que se implementam ações de “promoção humana”, é importante lembrar que seu valor não está simplesmente nos diplomas, ou nos empregos, ou nas associações de produção e de serviços, ou nas casas construídas. Seu valor deve ser medido também pelo avanço na tomada de consciência e na capacidade de ter iniciativas para fazer valer seus direitos e, em consequência, na capacidade de exigir dos governantes o cumprimento de sua obrigação de destinar recursos para implementar iniciativas que abram possibilidade para as pessoas superarem os limites que a história lhes impôs.

É fundamental ter presente que todas essas iniciativas são públicas, mesmo não sendo estatais. Elas realizam direitos básicos universais, direitos que o Estado é obrigado constitucionalmente a garantir para todas as pessoas. Não se pode, por isso, exigir que signifiquem mais peso para a vida das pessoas. Pelo contrário, mesmo quando implementadas com recursos da solidariedade, as pessoas precisam tomar consciência que podem e devem exigir a destinação de recursos públicos para tais iniciativas, organizadas diretamente pelo Estado ou por entidades da sociedade civil.

O amor-caridade não pode ser paternalista e muito menos substituto de políticas públicas. O paternalismo leva as pessoas à dependência, reforçando, equivocadamente, seu sentimento de incapacidade. Ele pode levar à descrença em relação à cidadania, à conquista de políticas que promovam e garantam os direitos sociais básicos de todas as pessoas.

A metodologia a ser utilizada no conjunto de ações de promoção humana precisa ter presente que o melhor é as pessoas crescerem em todas as dimensões de sua vida. Sem deixar de lado o desafio da eficácia, ou até ampliando a eficácia por causa da motivação, essas iniciativas precisam ser educativas na perspectiva da libertação pessoal e social, precisam assumir sua dimensão política, contribuindo para o avanço da democratização da sociedade brasileira.



### **4.3 Construir um novo Brasil**

A história das Pastorais Sociais mostra que elas nasceram com a missão de, a partir de práticas concretas, despertarem as comunidades de seguidores de Jesus Cristo a viverem o amor libertador. Tratava-se de viver, de forma atualizada, a missão de Jesus: *“O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa-nova aos pobres: enviou-me para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade*

*aos oprimidos e proclamar um ano da graça da parte do Senhor*".<sup>51</sup> Ele não veio apenas para socorrer as pessoas em necessidade ou para promover algumas melhorias na vida delas; quando agiu assim, estava gerando "sinais" de possibilidades humanas, sinais reveladores de que aquelas situações de carência, de doença, de preconceito, de exclusão não devem existir numa sociedade de filhos e filhas de Deus. Sua missão estava ligada à superação da opressão e à construção de um tempo em que Deus sentia-se bem junto a seu povo, por ser um povo que vive como ele deseja. Isso, evidentemente, exigia mudanças profundas nas estruturas da sociedade de então e continua exigindo na sociedade atual.

Por isso, a metodologia de trabalho das Pastorais Sociais tem sempre em vista a transformação das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que fazem da sociedade brasileira uma das mais injustas do planeta. Elas não partem de um projeto determinado, já pronto. Elas assumem um projeto participativo que envolve as pessoas. Partem de concretas situações e assumem com as pessoas o enfrentamento das necessidades, a luta por direitos e a construção e conquista de um projeto de sociedade em que todas as pessoas vivam com liberdade e dignidade, participando das decisões políticas que dizem respeito à vida de todos.

Aqui está o ponto central desta metodologia: ser participativa. Como estamos numa sociedade cuja regra é impedir a participação real, com poder de decisão, enfrentamos a necessidade de um trabalho de formação que desperte nas pessoas o desejo e o prazer de participar, isto é, de ter parte, de fazer parte. Uma formação que, na prática, faça crescer a consciência através da reflexão sobre as ações desenvolvidas; que avance na teoria, na explicação da realidade, na compreensão das estruturas sociopolíticas, na crítica à economia capitalista de mercado e à sua ideologia.

---

51 Lc 4,18-19.

A participação, numa sociedade democrática, é a maneira que cada cidadão e cidadã têm de ajudar na tomada de decisões mais justas em todas as dimensões da vida em sociedade. No local, na comunidade rural, no bairro, no município, em âmbito regional e nacional, e até mesmo nas relações internacionais, haverá mais democracia quanto mais o conjunto dos cidadãos envolvidos participe, da forma mais direta possível, das decisões a serem tomadas. Quanto maior e mais direta a participação, maior a possibilidade de transformar as estruturas, as bases da vida social, incluindo as estruturas da economia. Nada é “natural” e imutável. Tudo é construção humana, teve um começo, pode, portanto, ser mudado.

Essa metodologia libertadora tem enfrentado questionamentos, de modo especial nos últimos anos, por causa da pretensa “vitória” do neoliberalismo e da sua globalização capitalista. Engolindo a falsa idéia de que “não há o que ser mudado” ou que é impossível qualquer mudança estrutural por causa do poder cada vez mais concentrado por grupos econômicos globalizados, há pessoas que preferem limitar-se a ações locais de desenvolvimento alternativo, sustentável. Ocorre, contudo, que isso pode provocar melhorias para as pessoas envolvidas, mas a maioria continuará sofrendo por causa das relações capitalistas dominantes. No outro extremo, não reconhecendo o valor das iniciativas locais, forças que defendem que se devem concentrar esforços no questionamento do neoliberalismo e na luta por um projeto de desenvolvimento geral que favoreça a todos.

Como posicionar-se nesse debate? É preciso ter presente que o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político local é tão necessário como a raiz para a planta: sem ele, não se mantém, não floresce nem produz frutos o trabalho de educação e de luta por uma nova sociedade. Por outro lado, sem buscar juntos, a partir da riqueza das práticas, a elaboração de um projeto de sociedade que favoreça a todas as pessoas, como perceber o sentido transformador das iniciativas locais? Pode-se dizer que o mais amplo, o nacional, não existirá sem

a multiplicação e a melhoria da qualidade das práticas locais, sejam elas de economia solidária, de organização popular, de participação nas decisões políticas, de desenvolvimento cultural. O local corre, no entanto, o risco de perder o rumo se não se articular e for base de um projeto mais amplo, nacional, aberto às diferenças regionais, às potencialidades e aos limites dos biomas brasileiros.

A diferenciação entre as três dimensões da metodologia – assistência aos necessitados, promoção humana e educação libertadora – é importante, mas não diz tudo. A depender das situações, todas as iniciativas pastorais devem empenhar-se em iniciativas com essas características. O importante é não se contentar nem se limitar às duas primeiras. Se a terceira delas, a educação libertadora, for o horizonte permanente, as duas anteriores terão uma orientação que superará seus limites.

O que deve ser perspectiva comum e permanente é a dimensão de cidadania, isto é, a possibilidade de as pessoas, comunidades e a própria sociedade serem protagonistas de sua história. É a cidadania consciente e com prática de soberania, isto é, com poder de constituir e de controlar as instituições públicas, estatais. Mais concretamente, com poder de eleger e, se necessário, de revogar o poder concedido a pessoas para governar, isto é, para coordenar as ações da sociedade em vista de uma vida a melhor qualidade para todas as pessoas. É o que estão demonstrando, por exemplo, os povos bolivianos, equatorianos, venezuelanos: além de exigir renúncia de governos traidores da confiança a eles delegada, estão exigindo e participando diretamente na elaboração de novas constituições, com leis voltadas para a garantia dos direitos de todas as pessoas e assentadas sobre valores e tradições políticas dos povos que constituem estas nações.

Outro ponto comum da metodologia está na forma de contato com pessoas e grupos sociais. Entra aqui a pedagogia de Jesus: ir ao encontro e acolher sem preconceitos, gerando relações de confiança, des-

pertando a auto-estima e a fé, provocando a resposta livre e o desejo de participação. É um irmão ou uma irmã a pessoa com quem se está dialogando - filho, filha e morada de Deus, portadora de uma dignidade muitas vezes não reconhecida por estruturas, instituições e pessoas. Todos são capazes e estão convocados a participar da construção dos passos concretos que aproximam a humanidade do Reino de Deus.

Atenta às potencialidades das sociedades em democratização, a metodologia de Educação Popular de Paulo Freire reforça a ação das Pastorais Sociais. Trata-se de partir do que as pessoas já sabem, identificando as “palavras” e os “temas geradores”, isto é: as palavras e os temas capazes de mobilizar seu desejo de aprender mais, de mobilizar-se para enfrentar o que está impedindo sua vida individual e coletiva. Ao avançarem na prática consciente e na reflexão sobre a prática, as pessoas podem mobilizar-se para avançar também na participação política, no caminho da democratização sem fim. Na visão do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, com os avanços da democracia-sem-fim, retoma-se a construção do socialismo, agora como obra efetivamente popular.<sup>52</sup>

Esse processo de educação para a ação cidadã assenta-se na melhor contribuição que cada participante é capaz de dar, assumindo responsabilidades cada vez maiores de coordenação, de animação cultural e espiritual, de sistematização. Para isso, é fundamental a capacitação para os diferentes serviços que a organização popular necessita. A capacitação para aprender com a prática, tem como base a repartição de responsabilidades em todas as iniciativas, de preferência na forma de equipes ou comissões, para que o exercício de liderança seja experiência compartilhada, base indispensável para o avanço na democratização das relações em todos os âmbitos de mobilização e de ação cultural e política.

---

52 SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. 3ª ed. São Paulo: Cotez, 2001. pp. 339-341.

#### **4.4 Compromisso com as questões que envolvem toda a humanidade**

A sensibilidade dos discípulos-missionários para as questões que envolvem a realidade brasileira não os exime de voltarem sua atenção para as grandes questões que dizem respeito a toda a humanidade. Em um mundo globalizado, no qual as ações e suas conseqüências ultrapassam fronteiras, é impossível fechar os olhos para aspectos que atingem não apenas nossa gente, mas também todos os demais povos, em especial os marcados pela pobreza e pela exclusão.

Fazem parte da metodologia das Pastorais Sociais a sensibilização e a formação de cristãos, de comunidades eclesiais e a sociedade a respeito das grandes questões da justiça internacional. A participação no Fórum Social Mundial, no Grito dos Excluídos Continental/Mundial, na Rede Jubileu Sul Américas e Mundial, nos Fóruns de Economia Solidária, nas articulações dos povos indígenas, dos migrantes, das mulheres, nas articulações contra o armamentismo e tantas outras frentes de luta e construção de relações de solidariedade tem tudo a ver com uma atitude de aprender fazendo, de construir coletivamente o “outro mundo” possível e urgentemente necessário.





“O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me consagrou com a sua unção para anunciar a Boa Nova aos pobres:”. (Lc 4, 18-19)



# Capítulo 5

## AÇÃO TRANSFORMADORA E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

As Pastorais Sociais têm lugar e papel centrais na obra de evangelização da Igreja. Elas representam a Igreja que caminha com o povo. Expressam compaixão, solidariedade e comunhão com os pobres. São uma forma positiva do amor da Igreja para com os pequenos e humildes. Presentes em muitos setores da sociedade, elas são também a voz do povo na Igreja. Às vezes são mais conhecidas e reconhecidas pelo povo do que por setores da Igreja, que as vêem com reservas.

As Pastorais Sociais estão no coração da identidade e da missão da Igreja. Procuram continuar a missão de Cristo, expressa claramente no capítulo quatro do Evangelho de Lucas, lembrada seguidamente neste livro. Elas reagrupam discípulos de Cristo das classes populares que procuram traduzir sua mensagem de paz e justiça nas estruturas da sociedade. A vitalidade das Pastorais Sociais nas dioceses é sinal da fidelidade da Igreja à sua missão de amor aos pobres. Voz profética dos pobres, elas questionam a sociedade e a Igreja.

Na sua obra de evangelização, a Igreja, por meio das Pastorais Sociais, mexe e questiona as estruturas sociais e a sua própria organização, daí a dimensão política da presença das Pastorais Sociais.

Lutando pela vida e pela justiça, seu trabalho tem caráter político, mas não partidário. Mesmo que seus membros atuem em diferentes partidos políticos, as Pastorais Sociais – como a pastoral de conjunto das Igrejas – não pertencem a partido nenhum.

Uma Igreja sem uma Pastoral Social viva é uma Igreja que se fecha sobre si mesma, que se fecha aos pobres, que se fecha à boa nova do Evangelho, que se fecha ao mistério da encarnação de Jesus.

## **5.1 Conhecer a realidade**

Como participar da construção de uma sociedade mais justa e fraterna sem leitura, análise e compreensão crítica da realidade em que será anunciado o Evangelho? As Pastorais Sociais – a maioria delas – estão atentas às evoluções e transformações da sociedade e tentam entender seu funcionamento. Elas mesmas fazem análises de conjuntura ou utilizam aquelas feitas por outros movimentos ou entidades dos quais se sentem próximas, e participam da preparação das análises de conjuntura feitas por um grupo de assessores para a CNBB.

Inseridas no meio do povo pobre e injustiçado, as Pastorais Sociais questionam a sociedade. Seus membros adquirem aos poucos os instrumentos teóricos para questionar e criticar a sociedade capitalista e elaborar propostas alternativas.

### **Presença crítica na sociedade**

A partir dos sofrimentos dos pobres e excluídos, as Pastorais Sociais denunciam os imensos déficits sociais que afligem o povo, que sofre em situações de desigualdade escandalosas num país que não é pobre, mas que é um dos mais injustos do mundo. Como aceitar, num país rico, índices tão elevados de pessoas passando fome, sem saúde, sem casa, sem terra, desempregadas, enquanto a riqueza e o poder estão sempre mais concentrados nas mãos de uma minoria

de privilegiados? Como suportar situações de tamanha violência e injustiça contra crianças, jovens, mulheres, negros/as, idosos/as, em que a maioria do povo não tem acesso aos direitos sociais básicos?

Além das injustas condições de vida, as Pastorais Sociais denunciam as falsas expressões da democracia, que apenas reproduzem a reeleição e as vantagens dos mais poderosos. Os grandes canais de comunicação, que têm grande impacto no pensamento, no imaginário e no coração do povo, estão nas mãos dos que já possuem o poder político e econômico. Mais recentemente, mas com muito vigor, denunciam também as destruições e os desastres ambientais que ameaçam as condições de vida sustentável das futuras gerações. O país está sendo destruído pela ganância imediatista, sem respeito nem pela natureza nem pelos habitantes.

As Pastorais Sociais, movidas pela indignação, compaixão e solidariedade, levantam uma voz profética, denunciando não só a indiferença e o descaso dos responsáveis políticos e econômicos, mas também o sistema capitalista, baseado na busca desenfreada do lucro a qualquer preço, que marginaliza e abandona na pobreza e na miséria setores inteiros da população. À sociedade construída sobre a concentração da riqueza e do poder, sobre a concorrência violenta e o individualismo, as Pastorais Sociais opõem uma sociedade integrada a partir dos valores do Evangelho: solidariedade, justiça, igualdade, partilha, uso responsável e solidário dos bens da terra. Essa denúncia suscita nos setores privilegiados da sociedade, resistência e oposição.

Ao longo da história do conflito entre o capital e o trabalho, houve muitas vítimas da violência do ídolo dinheiro: muitos trabalhadores e trabalhadoras foram ameaçados e perseguidos, perderam o seu trabalho e até a vida. O operário Santo Dias da Silva, assassinado na porta da fábrica Sylvânia, em Santo Amaro, durante uma greve, em 30 de outubro de 1979 e a irmã Dorothy Stang, assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005, no estado do Pará, são símbolo e memória

dos muitos que deram sua vida pela vida dos outros. Expressando os sentimentos de muitos membros das Pastorais Sociais e companheiros de luta, Santo Dias dizia, numa entrevista, pouco antes de morrer: *“Eu, dentro da minha concepção do porquê viver, acho que a gente vive para transformar alguma coisa. Quer dizer, ter uma atuação num processo de transformação da vida. Eu acho que a gente não pode, dentro da minha concepção de vida, não deve viver simplesmente para viver. Eu acho que tem de viver participando de alguma coisa”*.

### **Presença Profética na Igreja**

Os membros das Pastorais Sociais, situados em suas comunidades de fé, questionam a sociedade a partir das sofridas condições de vida do povo. Questionam também, a vida da própria Igreja. Há dioceses em que elas são reconhecidas e acolhidas, nas quais têm espaço e expressão, voz e vez, nas instâncias comunitárias em que se define a pastoral de conjunto. Há outras dioceses em que elas são marginalizadas e até impedidas de atuar.

As Pastorais Sociais surgiram, como já lembrado, nos anos 70, em um contexto de muita repressão e desrespeito aos direitos humanos pelo regime militar. A Igreja era a principal, senão a única, instituição que podia resistir à violência das ditaduras. Na dinâmica aberta pela Conferência Geral em Medellín (1968), multiplicaram-se, em todo o continente latino-americano e caribenho, as CEBs e, aos poucos, organizaram-se algumas Pastorais Sociais. CEBs, teologia da libertação e Pastorais Sociais foram três pilares da nova identidade da Igreja latino-americana.

Ao longo de seus mais de trinta anos de vida, as Pastorais Sociais mantiveram-se próximas às CEBs. Há um laço ‘natural’ entre elas. Os membros das Pastorais costumam participar de uma comunidade cristã de base. Para os membros das Pastorais, as comunidades eclesiais são espaços para cristãos e cristãs conhecerem-se e viverem a amizade; para ajuda mútua, quando alguém passa necessidades;

para partilhar a fé, rezar e celebrar a vida; lugar de reflexão, análise e formação; lugar a partir do qual há um compromisso social, que pode ser numa pastoral, num movimento social, num sindicato ou até num partido político.



## 5.2 Um reconhecimento progressivo

Apesar da grande abertura à dimensão social, presente nos documentos de Medellín, não há menção explícita às Pastorais Sociais. O documento de Puebla (1979), muito renovador, que menciona várias vezes a opção preferencial pelos pobres, também não fala delas.

O documento de Santo Domingo (1992) não menciona a pastoral de conjunto nem fala das Pastorais Sociais. Fala apenas dos pastores. O Documento de Aparecida (2007) representa um importante avanço. Há no capítulo VIII, “Reino de Deus e promoção da dignidade humana”, uma parte inteira intitulada: “uma renovada pastoral social para a promoção humana integral”. É a primeira vez que um documento do episcopado latino-americano e caribenho dedica uma parte específica às Pastorais Sociais.

As Pastorais Sociais, em alguns momentos, enfrentaram dificuldades para serem reconhecidas, apesar de haver conclusões nos documentos do Concílio Vaticano II que incentivam o diálogo da Igreja com a sociedade. Aos poucos, a opção pelos pobres, assumida em Medellín e Puebla, foi discretamente deixada de lado na ação pastoral de muitas paróquias ou dioceses. Em alguns lugares, “despolitizadas” e sem a perspectiva da construção do Reino, algumas Pastorais Sociais tornaram-se mais assistencialistas do que proféticas.

No entanto, bem enraizadas na fé e no povo, em muitos lugares as CEBs e as Pastorais Sociais mantiveram-se firmes em meio a ondas pouco favoráveis. Espera-se que a renovada opção pelos pobres no Documento de Aparecida, que abre novos horizontes, seja traduzida concretamente em renovadas Pastorais Sociais em todas as dioceses, paróquias e comunidades.

A evolução da sociedade explica também a evolução das Pastorais Sociais. Elas tiveram um papel importante no processo de redemocratização do país, a partir da metade dos anos 80. Foram o berço de muitos líderes de sindicatos, movimentos sociais, associações, partidos políticos. As pastorais “perderam” militantes e quadros, mas, introduzindo práticas, metodologia e valores democráticos, influenciaram decisivamente na formação e na consolidação dos movimentos populares no Brasil, durante o processo de redemocratização depois dos anos de ditadura. Ainda hoje, são espaços de formação de muitos líderes populares.

### **Presença ativa na Igreja**

As Pastorais Sociais são uma presença da Igreja no meio do povo, bem como uma presença dos pobres na Igreja. É difícil entender o perfil e a evolução da CNBB nas últimas décadas sem considerar a contribuição e a influência destas Pastorais no conjunto da obra de evangelização da Igreja. Sua presença nos movimentos sociais

explica também, em parte, a evolução destes. Há muitas iniciativas e atividades das Pastorais Sociais e Organismos tanto na Igreja como na sociedade.

Na Igreja, vale destacar sua participação na escolha dos temas das Campanhas da Fraternidade (CFs) e sua colaboração na preparação dos subsídios. É notável a dimensão social das CFs, bem acolhidas no conjunto da Igreja. Além das CFs, cujo tema e lema mudam a cada ano, desde 1991, elas promovem as Semanas Sociais, que, mais longas, permitem aprofundar, com vários parceiros da sociedade civil, a reflexão e a ação sobre alguns temas mais globais. Foram realizadas quatro Semanas Sociais. Em 1991, para celebrar o centenário da Encíclica *Rerum Novarum*, a 1ª Semana Social foi centrada no Mundo do Trabalho. A temática da 2ª Semana Social, cujo o lema foi “Brasil, alternativas e protagonistas”, ou seja, “o Brasil que queremos”, estendeu-se por dois anos (1993-1994). A 3ª Semana Social coincidiu com o início do triênio de preparação ao Grande Jubileu do ano 2000, sua temática: “Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática” estendeu-se por três anos (1997-1999). O tema da 4ª Semana, “Articulação das forças sociais - mutirão por um novo Brasil”, também perdurou três anos (2004-2006). Agora já se está discutindo sobre a organização da 5ª Semana Social.

Os frutos das Semanas Sociais ultrapassaram expectativas e planos. A 3ª Semana, por exemplo, desembocou na criação da Campanha Jubileu contra a dívida externa, a qual organizou, em 2000, o primeiro plebiscito nacional popular sobre a dívida, do qual participaram mais de cinco milhões de cidadãos e cidadãs. Em 2005, da 4ª Semana Social, em parceria com a Campanha Jubileu, nasceu a Assembléia Popular (AP), que objetiva ser um processo contínuo de articulação de movimentos e forças sociais e populares em vista da elaboração e conquista de um projeto popular de nação para o Brasil e de paradigmas alternativos de sociedade. A Assembléia Popular reúne-se em

vários âmbitos, do local ao nacional, para debater temas importantes e urgentes e para aprofundar a articulação das forças sociais. As Pastorais Sociais foram e continuam sendo uma força importante na organização e vida da Assembléia Popular.

Nas dioceses, as Pastorais Sociais e Organismos são, muitas vezes, os principais parceiros do Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome, criado pela CNBB em 2002. Vale mencionar ainda a colaboração das Pastorais Sociais com as equipes da Cáritas, e de muitos outros movimentos sociais que constituem a Articulação do Semi-Árido (ASA) na construção das cisternas caseiras e na promoção da Convivência com o Semi-Árido.

### **Presença ativa na sociedade**

As Pastorais Sociais e Organismos também participam, ativamente e de maneiras bem diversas, de iniciativas da sociedade civil. Em vários casos, estão na origem destas atividades. Já indicamos como as Semanas Sociais desembocaram, em 1999, na Campanha Jubileu contra as dívidas, que articulou a realização do primeiro Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa e, em 2005, na Assembléia Popular. Pode-se mencionar também o Grito dos Excluídos, que nasceu, em 1995, como continuidade da CF sobre exclusão social. O Grito já alcança uma dimensão continental. É importante destacar, também, sua participação nos dois outros plebiscitos populares nacionais: o segundo, em 2002, sobre o Tratado de Livre Comércio (ALCA), em que votaram 11 milhões de cidadãos, e o terceiro, em 2007, cujo tema principal foi a Campanha pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce, ao qual foram acrescentadas perguntas sobre a dívida pública, sobre o preço da energia elétrica e sobre a reforma da Previdência Social, em que votaram três milhões e meio de cidadãos.

Os Fóruns Sociais - mundiais, nacionais, regionais, locais ou temáticos - constituem um espaço e um processo na busca de alternativas.

Na crise civilizacional geral, as Pastorais Sociais e Organismos participam ativamente na construção de novos paradigmas, na vida política, econômica, social, cultural, ambiental e mística. A utopia (que é ao mesmo tempo motivação, caminho e horizonte) da 4ª Semana Social, retomando as anteriores, foi alcançar um “projeto popular de um Brasil e de um mundo economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e solidário, culturalmente plural e ambientalmente sustentável”.

Vale mencionar ainda a participação crescente de membros das Pastorais Sociais e organismos nos Conselhos de Direitos municipais, estaduais e nacionais. Esses Conselhos são bastante variados, mas aos poucos vão se organizando, com iniciativas das Pastorais, especialmente através de cursos de capacitação para neles haver uma participação mais qualificada.

Na organização e nas lutas populares, as Pastorais Sociais dão uma contribuição específica, reconhecida e apreciada pelo conjunto dos movimentos sociais. Destacam-se, em particular: 1) a promoção de uma metodologia democrática participativa, em que os principais protagonistas sejam os agentes de base; 2) a construção da unidade entre atores que têm objetivos gerais comuns ou próximos, mas que, muitas vezes, implementam estratégias e perspectivas divergentes; 3) a consolidação de valores humanos e espirituais nas lutas; 4) o fortalecimento do espírito de ajuda e serviço aos interesses do povo, além das estratégias de conquista do poder.

A participação das Pastorais Sociais e Organismos nos movimentos populares é uma grande riqueza para a Igreja. Com eles, a Igreja se abre aos gritos dos mais abandonados e redescobre continuamente sua missão de defender a vida e a dignidade dos pequenos. São os pobres, presentes nas CEBs, nas Pastorais Sociais e Organismos, que podem ajudar toda a Igreja a redescobrir sem cessar a força libertadora do Evangelho.

### 5.3 Alguns fundamentos das Pastorais Sociais

As Pastorais Sociais são da Igreja e do povo. Em suas motivações e em sua espiritualidade, elas bebem, ao mesmo tempo, na fonte rica das tradições da Igreja e na riqueza da história, dos valores e das lutas do povo por sua vida e pela dignidade. Vejamos algumas referências, na Igreja e na sociedade, que inspiram as Pastorais Sociais.

**A figura de Jesus.** É bonita a fé profunda e madura de muitos membros das Pastorais Sociais. Sentem-se próximos de Jesus de Nazaré: Sendo filho de Deus, se fez gente do povo, trabalhador, compassivo e solidário, que está ao lado dos pobres. Ele anuncia um Reino de justiça e paz, cura os doentes, confirma a fé de seus discípulos, é vítima do sistema político-religioso de seu tempo, enfrenta livremente a paixão e morte na cruz para libertar seu povo da escravidão. O povo das Pastorais Sociais ama a figura e a pessoa de Jesus que viveu pobre, lutou contra o poder opressor, foi condenado e entregue à morte violenta. O povo reconhece a semelhança entre a vida de Jesus e sua própria vida. A multiplicação e a reflexão dos círculos bíblicos ajuda os militantes a conhecer melhor a figura histórica de Jesus e a natureza do Reino que ele revelou e inaugurou.

É grande também a devoção do povo a **Maria**, Mãe que, como muitas mães do povo, sofreu, ela também, a Paixão, acompanhando a crucificação de seu próprio filho. Como o povo respeita e ama sua própria mãe, também ama a Mãe de Jesus, cuja vida foi tão parecida à de muitas mulheres e mães. Como todo o povo que sofre, membros das Pastorais Sociais também pedem a Cristo, à sua Mãe e aos santos, o alívio das dores da humanidade.

**A Tradição e os Padres da Igreja.** Durante dois milênios, a tradição autêntica da Igreja – através dos teólogos e teólogas e dos santos e santas – considera os pobres como primeiros destinatários do Evangelho, não só por meio de palavras, mas também do necessário para viver dignamente. Todos os Padres da Igreja estão convencidos

de que o compromisso com o pobre, com a justiça e com o outro é parte central do Cristianismo. Os pobres são os filhos prediletos de Deus. Eles anunciam um cristianismo em que a dimensão social é fundamental. Na pregação ou na administração dos recursos da Igreja, é muito importante a atenção e a ajuda a pobres, viúvas, órfãos, velhos, doentes e crianças.

Santo Tomás (1225-1274), ao elaborar uma síntese do primado do destino universal dos bens com a organização privada da propriedade, distingue três partes no que cada um possui: 1) o necessário - é o que cada um precisa para viver humanamente; 2) o conveniente - é o de que se precisa para estar bem; 3) o supérfluo - é o que excede, o que não se precisa (essa definição já é uma crítica ao consumismo). Quem não tem o necessário tem direito ao supérfluo do rico. Isto, por justiça. A caridade começa quando se partilha o conveniente.

Santo Tomás considera que o primeiro destino dos bens, o destino natural, é o destino universal. Toda propriedade traz responsabilidade social, se esta não é observada, o direito à propriedade cessa.

**O Ensino Social da Igreja (ESI)** é um grande tesouro da Igreja. Desde 1891, os papas têm elaborado documentos (encíclicas) sobre a situação social, para ajudar os cristãos a atuarem na transformação da sociedade, na busca de mais justiça, solidariedade e fraternidade. O Ensino é elaborado à luz do Evangelho, dos textos do magistério, da teologia e do aporte das ciências sociais e renova-se em função das grandes evoluções e transformações da sociedade e do mundo. As encíclicas dos papas são enriquecidas com as contribuições das Igrejas nacionais (Conferências Episcopais) ou até locais (dioceses). O Ensino Social da Igreja não traz receitas ou soluções aos problemas sociopolíticos e econômicos dos países; ele é um conjunto de valores, princípios e diretrizes para ajudar os cristãos a assumirem suas responsabilidades, como agentes de transformação da sociedade. O Ensino Social da Igreja representa um riquíssimo arquivo de lições éticas e morais em relação aos principais temas da vida social, eco-

nômica, política, cultural e ambiental. Ele é, de certa maneira, uma formulação cristã dos direitos humanos cívicos, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A contribuição de cada papa foi bem diversa. **João XXIII e Paulo VI** empreenderam uma corajosa abertura que se reflete nos documentos do Concílio Vaticano II, em particular na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965). Este documento marca uma mudança decisiva de abertura e diálogo da Igreja com o mundo moderno. Na encíclica *O Desenvolvimento dos Povos* (1967) Paulo VI amplia a questão social à dimensão mundial. Em 1971, seguindo o espírito do Concílio, Paulo VI introduziu uma mudança metodológica radical. A elaboração do Ensino Social da Igreja (ESI) devia ser mais indutiva, a partir das conferências episcopais e das comunidades, e não tanto dedutiva, a partir de princípios teóricos abstratos.

Em 2004, o Conselho Pontifício Justiça e Paz publicou um “**Compêndio da Doutrina Social da Igreja**”. É um trabalho que facilita o acesso ao conjunto do *corpus* doutrinal. Neste contexto, para estimular o estudo do Ensino Social e contribuir na formação das Pastorais, a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB publicou três cadernos com temas relevantes desse Ensino na realidade brasileira.

#### **5.4 A Pastoral Social no Documento de Aparecida**

Em maio de 2007, na continuidade de Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), reuniu-se em Aparecida (SP) a quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho. Cerca de 160 bispos elaboraram e aprovaram um documento que alegrou a muitos. Não mencionada nos documentos das quatro primeiras Conferências Gerais, a Pastoral Social é plenamente reconhecida e encorajada no Documento de

Aparecida. A mudança é importante. No capítulo VIII, “Reino de Deus e promoção da dignidade humana”, há uma parte inteira sobre a Pastoral Social: “*uma renovada pastoral social para uma promoção humana integral*”.

A Conferência de Aparecida não define o que é ‘pastoral social’, mas a expressão ‘Serviço da Caridade’ é a que, no Documento, mais corresponde a ela. Os bispos renovam com força seu compromisso pelos pobres. Reconhecem que “*todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação*”, e ainda que “*para a Igreja, o Serviço da Caridade... é expressão irrenunciável da sua própria essência*”<sup>53</sup>.

A Conferência de Aparecida quer, portanto, estimular o Evangelho da vida e da solidariedade nos planos pastorais. “*As Conferências episcopais e as Igreja locais têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral*”<sup>54</sup>. A diretriz é clara e firme. Sinal da importância da tarefa, “*na atividade a favor da vida, a Igreja quer se juntar com outras comunidades cristãs*”<sup>55</sup>.

No parágrafo seguinte, há uma longa lista dos novos rostos dos pobres e excluídos que a globalização faz emergir. “*A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar estas pessoas excluídas nas esferas a que correspondam*”.<sup>56</sup> Se no Documento apenas se fala de Pastoral Social, no singular, essas últimas palavras ‘nas esferas a que correspondam’ abrem uma compreensão plural da Pastoral Social na diversidade das Pastorais Sociais.

No parágrafo 403, o Documento de Aparecida abre interessantes e amplas perspectivas para a Pastoral Social. “*Com criatividade pastoral, devem-se elaborar ações concretas que tenham incidências nos*

---

53 DA, nº 399.

54 DA, nº 401.

55 Idem.

56 DA, nº 402.

*Estados para a aprovação de políticas sociais... e que conduzam para um desenvolvimento sustentável*".<sup>57</sup> As "ações concretas", com criatividade pastoral, podem ser bem diversas, sem descartar mobilizações e protestos nas ruas. A perspectiva de chegar ao desenvolvimento sustentável indica a variedade de objetivos e perspectivas de ação possíveis para a Pastoral Social.

O Documento indica também a necessidade de uma permanente 'análise de conjuntura': *"Com a ajuda de diferentes instâncias e organizações, a Igreja pode fazer uma permanente leitura cristã e uma aproximação pastoral à realidade de nosso continente"*. Essa permanente leitura cristã pode levar a uma pastoral social para o conjunto da região.

Alguns, com razão, lamentaram que o Documento não criticasse explicitamente o modelo neoliberal e não falasse da necessária transformação das estruturas. Podemos, no entanto, perceber, no mesmo parágrafo, elementos nesta direção: *"a partir da análise, a Igreja terá elementos concretos para **exigir** (grifo nosso) daqueles que têm a responsabilidade de elaborar e aprovar as políticas que afetam nossos povos, que o façam a partir de uma perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista"*.<sup>58</sup>

Nos cinco parágrafos que consideramos, o Documento de Aparecida abre criativa e corajosamente novas perspectivas para as Pastorais Sociais. Em muitos países, é a Cáritas Brasileira que responde pelo Serviço da Caridade. No Brasil, já temos uma longa tradição de vinculação da Cáritas com as Pastorais Sociais. Na maioria das dioceses, nas regiões e em âmbito nacional a colaboração estimula a criatividade de cada uma.

---

57 DA, nº 403.

58 idem.

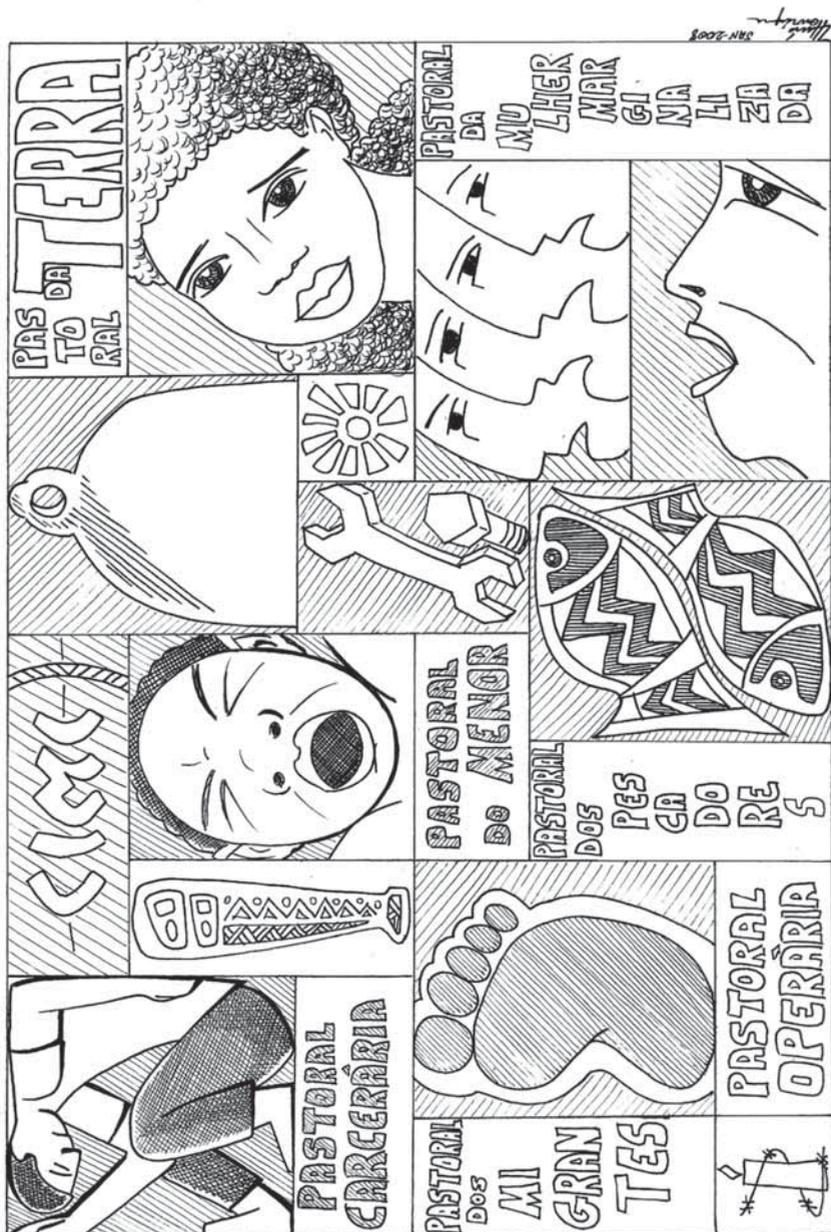
## 5.5 Um futuro em construção

Sendo da Igreja, as Pastorais Sociais, como já vimos, alimentam sua mística na longa e rica tradição da Igreja. Sendo também do povo, as pastorais buscam sua motivação na própria vida e na tradição do povo. Este tem seus costumes e profundos valores de solidariedade, de justiça e de paz, que traduzem suas aspirações mais íntimas. Ele tem suas lutas, históricas e atuais, com vitórias e derrotas, com seus heróis e mártires. Infelizmente, sabemos quanto a grande mídia, a serviço de poderosos interesses de riqueza e poder, cala, abafa ou desfigura as ricas tradições populares, nascidas da luta pela vida. As análises de conjuntura que as Pastorais Sociais costumam fazer referem-se direta ou indiretamente a essas ricas tradições, resgatadas com muitos esforços em livros, artigos, fotos, desenhos, músicas e filmes.

Apesar de tantas experiências admiráveis, há ainda, em nossa Igreja, um número razoável de pessoas que desconhecem as Pastorais Sociais. Às vezes, a Pastoral Social é desvalorizada, deixada sem apoio ou até proibida. Em outras situações, percebe-se que há pessoas com medo dos conflitos sociais e dos próprios pobres que lutam por melhores condições de vida e por mais dignidade.

Seguindo as orientações do Documento de Aparecida, espera-se que as Pastorais Sociais sejam encorajadas e apoiadas em todas as Igrejas locais – também com recursos financeiros – para que o grito dos pobres e marginalizados seja ouvido e encontre nas comunidades uma resposta de justiça e solidariedade concretas. Voz profética numa sociedade sem horizonte, materializada, atomizada pelo individualismo, elas são hoje, na Igreja, um dos caminhos mais seguros de evangelização. Quando interrogado pelo prefeito de Roma sobre os tesouros da Igreja, o diácono São Lourenço, então ecônomo da Igreja da mesma cidade, foi buscar os pobres, mendigos, doentes e órfãos, e os apresentou ao prefeito, dizendo: “estes são os nossos tesouros”.





“Eu vi a opressão de meu povo no Egito, ouvi o grito de aflição diante dos opressores e tomei conhecimento de seus sofrimentos”. (Ex 3,7-10)



# Capítulo 6

## ORGANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O Concílio Vaticano II nos apresenta, na Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, uma proposta de Igreja consciente dos desafios de uma sociedade que vai buscando o desenvolvimento técnico-científico a todo custo e a qualquer preço. É uma Igreja que se propõe ser solidária com “as tristezas e as angústias da humanidade atual, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”<sup>59</sup>, alimentando assim a mística dos que aprenderam a carregar sua cruz a cada dia.

Para as Pastorais Sociais, esta mística não tem o sabor da resignação, mas sim o da luta para que o Reino de Deus se torne presente e todos possam celebrar nele a vida.

Com muita criatividade, as Pastorais Sociais têm enriquecido a história da Igreja na América Latina, principalmente na organização de iniciativas de solidariedade que enfrentam os desafios, sejam eles estruturais ou conjunturais.

Neste século XXI, é impensável desenvolver ações que tenham como seu motor o imprevisto. Daí ser *pertinente* que toda pastoral tenha, por compromisso com a própria história, uma organização conjuga-

---

59 CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes*, Proêmio.

da com a sustentabilidade, dirigindo suas ações para tudo o que se apresente como *relevante* em seu compromisso como Igreja que está a serviço dos excluídos e excluídas.

## 6.1 O agente de pastoral

O agente de pastoral é o que dá vida às Pastorais Sociais. É aquele que *acolhe* a pessoa em suas necessidades; sabe *escutar* a voz de Deus que se faz ouvir nas pessoas e nos acontecimentos da vida; sabe *amar* as outras pessoas sem preconceitos, acolhendo-as do modo como elas se apresentam; coloca-se a serviço da vida, assumindo efetivamente seu compromisso cristão, defendendo, promovendo, cultivando e celebrando os valores presentes na vida dos empobrecidos.

A dedicação constante e a atualização de seus conhecimentos lhe proporcionam uma práxis cada vez mais sincronizada com os objetivos da pastoral em que está inserido. Por isso, a sua formação permanente estará ligada também à *reflexão sobre a prática*, da qual nascerão outras *ações*, que por sua vez fornecerão os elementos necessários para uma eficaz *avaliação*.

O agente das Pastorais Sociais no Brasil apresenta um perfil quase único, mas que precisa ser permanentemente aperfeiçoado: possui senso de responsabilidade para com as dificuldades do tempo presente; dedica seu tempo com amor aos necessitados e às suas causas; vive o compromisso com as causas evangélicas; celebra com alegria o encontro com os irmãos na fé; acolhe novos conhecimentos para melhor atuação.

Toda pessoa é convocada a responsabilmente cuidar de si, dos outros, do meio social em que vive, da natureza que a acolhe e sustenta. Saber cuidar bem é saber viver bem. Por isso também os agentes de pastoral e até os “cuidadores”<sup>60</sup> precisam ser cuidados, isto é, serem constantemente alimentados pela mística evangélica, pelos princípios norteadores de suas pastorais, pelo incentivo à vivência fraterna e amiga com todos os colaboradores na missão comum da evangelização.

---

60 Cuidadores - São aqueles que dedicam atenção especial para com a necessidade do próximo.

A Conferência de Aparecida desafia para uma formação consistente de leigos e leigas em nossas comunidades eclesiais. “Reafirmamos a importância e mesmo a urgência de se investir na formação específica dos leigos e leigas para darem testemunho de Cristo e dos valores do Reino no que diz respeito às grandes questões que afetam o povo brasileiro e, nestes tempos de globalização, o planeta como um todo. São, por exemplo, questões ligadas à responsabilidade social e política ao mundo da ecologia, ao diálogo com as diversas culturas, entre as quais, a cultura urbana. Em cada um destes setores, e em muitos outros, o conhecimento especializado e devidamente nutrido pelo Evangelho, pela Doutrina Social da Igreja e por uma forte sensibilidade ética, representa hoje a concretização da responsabilidade de todos os leigos e leigas como missionários no mundo no anúncio de Jesus Cristo e no diálogo e na transformação da sociedade”<sup>61</sup>

A sociedade brasileira caminha para o reconhecimento dos biomas como elementos norteadores para a compreensão da vida no planeta em toda a sua diversidade e potencialidade. Espera-se, portanto, que o agente de pastoral esteja ciente da riqueza que a diversidade do nosso país apresenta.

## **6.2 A organização**

A organização é um meio importante e seu objetivo principal é promover a sustentabilidade das Pastorais Sociais, com ênfase no fortalecimento e no reconhecimento de suas ações, garantindo o respeito e a valorização de sua identidade. Para isso, torna-se importante ter presente os seguintes cuidados:

- ♦ implantar uma infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais, observando as necessidades e as demandas das pessoas e das comunidades;

---

61 Cf. DA, nn. 77,66,314.

- ♦ promover um planejamento participativo em que sejam estabelecidos as funções, as responsabilidades e os passos a serem desenvolvidos em prazos determinados;
- ♦ garantir o direito de pessoas e de comunidades, direta ou indiretamente atingidas por ações, projetos e empreendimentos públicos ou particulares;
- ♦ firmar convênios ou parcerias com entidades e organismos afins, verificando a existência de políticas públicas já implantadas em âmbito local, regional ou nacional;
- ♦ apoiar e garantir o processo de formalização institucional, considerando as formas tradicionais de organização e representações locais em consonância com os conselhos municipais, estaduais e nacional;
- ♦ apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social das comunidades, valorizando os recursos naturais locais, bem como as práticas, os saberes e as tecnologias tradicionais.



### **6.3 A sustentabilidade**

Quando se fala de sustentabilidade das Pastorais Sociais e Organismos deseja-se destacar duas dimensões de sua existência: o sentido de sua continuidade no tempo, isto é, o cuidado com a qualidade de suas ações, e a necessidade de garantir os recursos e apoios necessários para a realização das atividades previstas em seu planejamento.

Sustentabilidade tem a ver com a qualidade de tudo que se deve fazer para que a vida possa continuar existindo, com qualidade, num tempo como o atual, marcado pela consciência de que o aquecimento do Planeta, causado por ações humanas, está colocando em risco toda forma de vida na Terra. Por isso, as Pastorais Sociais terão sustentabilidade se sua presença e ação, motivadas pelo Evangelho, forem reconhecidas como válidas e necessárias para enfrentar os desafios do tempo atual e para construir um futuro melhor.

Como se percebe, o primeiro ponto de apoio da sustentabilidade está “fora” da instituição que a busca; está no reconhecimento, na leitura do sentido de sua existência feita por outras entidades e pelo conjunto das pessoas. Para que esse reconhecimento seja positivo, é necessário que a presença e a ação tenham sido planejadas como resposta, como serviço às necessidades presentes em cada realidade e que a forma de sua implementação torne possível a escuta, a participação, a apropriação do processo, o protagonismo dos excluídos e excluídas.

A sustentabilidade tem a ver, portanto, com a qualidade da presença e da ação de cada Pastoral Social e com a “imagem” que as outras pessoas têm delas. Por isso, o cuidado não pode restringir-se ao momento do planejamento. Há um “antes”, que se realiza na atenção e compreensão crítica da realidade, que pode misturar-se com as visitas, os diálogos, a presença simpática que revela o desejo de parceria. E há um desafio permanente - para os diretamente envolvidos e especialmente para os que estão “no entorno” - : há a necessidade de

tornar conhecidas as ações e seus frutos. Sem isso, como pode haver reconhecimento de que vale a pena apoiar essas ações?

Se esse tipo de relação de reconhecimento e apoio já é um desafio significativo em âmbito local, imagine-se o tamanho dele para a presença e a ação em âmbito regional e nacional! E mais ainda quando se busca reconhecimento e apoio internacional. Não há outro caminho, contudo: ou se conquista “credibilidade”, ou a ação não se sustentará.

Para trabalhos como o das Pastorais Sociais, não serve o marketing mercantil, já que ele está centrado na criação de desejos por mercadorias. Seu esforço de comunicação deve ter a marca sugerida por Jesus: *voltem e contem a João tudo que viram e ouviram: os coxos andam, os surdos ouvem, os leprosos são limpos, os mortos ressuscitam e aos pobres são anunciadas boas novas.*<sup>62</sup> O reconhecimento será fruto da comunicação do que está sendo feito e dos frutos alcançados.

Sem ilusões, contudo. Em sociedades divididas por relações de classe, em que abismos separam os poucos muito ricos dos muitos gravemente empobrecidos, haverá reconhecimento “positivo” e “negativo”: para muitos a ação poderá ser reconhecida como libertadora, enquanto outros verão nela ameaças à ordem e aos interesses estabelecidos. É evidente que os que vêem no trabalho ameaças não o apoiarão, de forma alguma; pelo contrário, farão tudo para inviabilizá-lo.

Está aqui uma das características da sustentabilidade das Pastorais Sociais: conseguir, através da qualidade da organização, do testemunho e do trabalho, bem como através de comunicação, reconhecimento, o apoio amplo dos setores sociais populares, incluídos profissionais liberais e pequenos empresários com senso crítico, para que, junto com eles, seja possível conseguir também algum reconhecimento de instituições públicas e de alguma iniciativa privada aberta à necessidade de avanços na justiça social.

---

62 Lc 7, 22.

Há outra característica dessa sustentabilidade: o reconhecimento e o apoio das comunidades eclesiais. O fato de serem institucionalmente ligadas à Igreja é um ponto de partida, mas não significa apoio incondicional. Trata-se de uma relação a ser construída, alimentada, renovada. Como instituição, a Igreja conta com presença de diferentes setores sociais e alguns deles sentem-se incomodados pelas Pastorais Sociais. Quem tem uma visão dualista, que separa e opõe o material do espiritual, o corpo e a alma, verá com preconceito ações de Pastoral Social. Por isso, a busca de sustentabilidade implica planejar a busca de comunicação, sempre verdadeira, mas com linguagem adequada, com as comunidades eclesiais, dando prioridade às de base, sem deixar de lado as mediações que as articulam com o todo eclesial.

Em todos esses âmbitos e dimensões, é essencial garantir total transparência na aplicação e no uso dos recursos conseguidos para viabilizar as ações. Todos eles, venham da solidariedade nacional ou internacional, de instituições governamentais ou de empresas, tornam-se recursos públicos: são resultado da contribuição de muitas pessoas e destinam-se ao apoio de ações em favor de setores sociais marginalizados, que necessitam e têm direito a esses apoios para vencer suas limitações, fazer valer sua dignidade humana e conquistar sua autonomia de cidadãos e cidadãs. Sendo públicos, toda a sociedade tem direito de saber seu destino e os frutos alcançados pela solidariedade de muitos.

Como parte da construção desta sustentabilidade, está em andamento um trabalho de reorganização das Campanhas de Solidariedade promovidas pela CNBB: a da Fraternidade, a da Missionária e a da Evangelização. Todas elas objetivam aprofundamento da consciência dos cristãos/ãs em relação à realidade e ao sentido bíblico e teológico da solidariedade, mas objetivam, também, a constituição de Fundos de Solidariedade, destinados a diferentes finalidades. Com direta participação das Pastorais Sociais e Organismos, procura-se

organizar em cada diocese, paróquia e comunidade uma Comissão de Campanhas, constituída por pessoas que terão oportunidade de formação para a missão assumida. Caberá a elas a organização e a animação das Campanhas, incluindo, junto com a gestão compartilhada, a comunicação do que se conseguiu promover com os recursos dos Fundos, para que todos os colaboradores alegrem-se com os frutos da sua solidariedade.

## 6.4 Critérios de ação

Como parte de suas qualidades, as ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos das Pastorais Sociais devem ocorrer de forma integrada, coordenada e sistemática, observando alguns princípios fundamentais.

- ♦ O princípio da *subsidiariedade* - propõe que todas as instituições devem se pôr em atitude de respeito e ajuda e, portanto, de apoio, promoção e incremento em relação às menores. Esta exigência de reconhecer a autonomia, promover e fortalecer as expressões originárias da sociedade é fundamental para a promoção da dignidade da pessoa.
- ♦ O princípio da *solidariedade* - realça a intrínseca sociabilidade da pessoa humana, a igualdade de todos em dignidade e direitos, a construção de uma sociedade em que a unidade seja cada vez mais firme. Hoje, constatamos que a forte desigualdade entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos, alimentada por diversas formas de exploração, de opressão e de corrupção, clama por um empenho ético-social intensificado, sobretudo tornando conhecidas as ações exitosas, oriundas da criatividade humana.
- ♦ A procura constante da melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e utilizando estratégias que respeitem os modos de vida e as tradições de cada povo e comunidade.

- ♦ O respeito, o reconhecimento e a valorização da diversidade sócio-ambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta os recortes de etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros. Concretizando ainda mais: ver a relação desses recortes em cada comunidade ou povo, de modo a não negligenciar ou desrespeitar as diferenças que os caracterizam, nem a instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.
- ♦ A promoção da transversalidade das ações desenvolvidas e da ampla participação dos agentes de pastoral na elaboração, no monitoramento e na execução das ações a serem implementadas pelas Pastorais Sociais.
- ♦ A articulação e a integração com as pastorais afins, como organismos, associações, comunidades, testemunhando a positividade das ações desenvolvidas. Apesar de estarmos em plena era da comunicação, a articulação entre as pastorais tem apresentado significativas dificuldades. Mais do que um desafio, esta articulação constitui-se em meta a ser atingida com determinação, criatividade, continuando as experiências de integração entre várias Pastorais Sociais.
- ♦ A preservação das características culturais, o exercício de práticas religiosas populares, a memória cultural e a identidade racial e étnica.
- ♦ A garantia, através de fundos de solidariedade, da manutenção financeira de ações, projetos, eventos emergenciais próprios de cada Pastoral Social.
- ♦ A erradicação de todas as formas de discriminação.

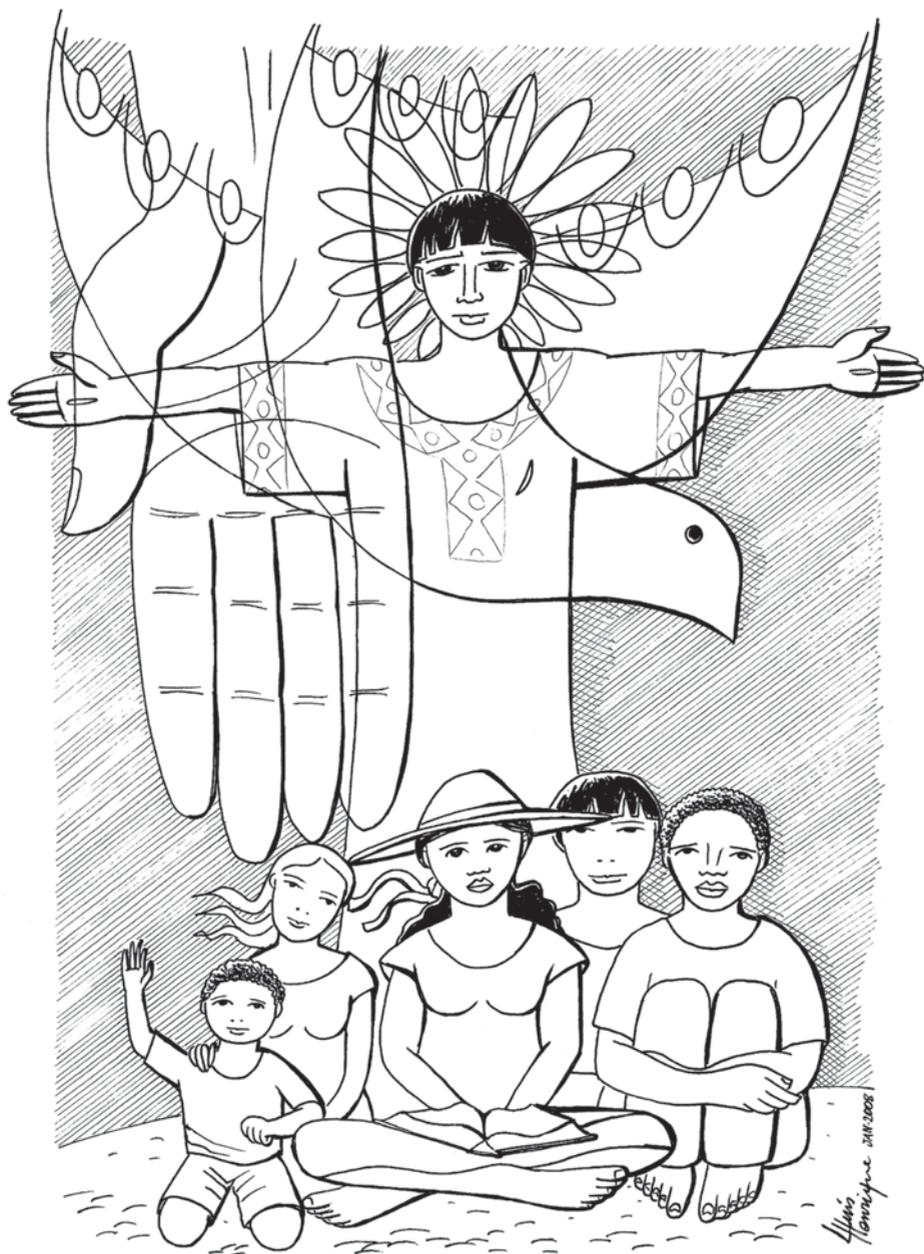
Numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, as Pastorais Sociais devem seguir os passos de Jesus e de sua Igreja que, em todas as épocas, em meio a luzes e sombras, sempre contou com

forças que primaram pelo amor gratuito e incondicional à pessoa humana e pela defesa de sua dignidade.

Isto constitui e motiva a razão de seu existir, endereçando suas ações na construção de uma sociedade em que se possa vivenciar a reconciliação na justiça e no amor. Aqui encontra o seu primeiro grande desafio, uma vez que hoje há o predomínio da cultura do descartável em lugar da cultura responsável pelo cuidar.

Diante de situações em que são chamadas a discernir entre o que é *urgente* e o *importante*, é a mística evangélica que iluminará a decisão a ser tomada, com serenidade e determinação. O Senhor Jesus, ao receber a notícia que seu amigo Lázaro estava doente, continuou com sua missão de anunciar o Reino de Deus. Isto era o importante no momento, o urgente seria deixar tudo e dirigir-se ao amigo doente. Jesus faz sua opção pelo mais importante, o que pode nos parecer uma desatenção para com o amigo necessitado. Jesus nos ensina a tomar decisões em direção ao Reino de Deus, a quais, muitas vezes, serão incompreendidas naquele momento, mas que terão sua eficácia histórica.

Toda e qualquer ação das Pastorais Sociais deve, portanto, visar à dignidade da pessoa humana e à transformação da sociedade, a fim de que este mundo possa ser, na brevidade do tempo, cada vez mais a casa de todos os filhos e filhas de Deus.



“Ide, pois, fazer discípulos... Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos”. (Mt 28,18-20)



# Capítulo 7

## DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

*Assim, a missão cria um movimento de misericórdia que é: ver, compadecer-se e entrar em ação.*

As Pastorais Sociais realizam uma missão importante na sociedade e na Igreja do Brasil. Elas denunciam desigualdades e injustiças, trazem a vida e a luta do povo e dos pobres para o meio da sociedade e da Igreja. Os que lutam pela justiça são os que mais acreditam em mudanças e que uma nova sociedade, uma nova Igreja e também uma nova Pastoral Social são possíveis. Já há muitos sinais de transformação, carregados de promessas e esperança. Há, no entanto, novos horizontes de justiça e paz a serem alcançados.

### **Ser comunidades do povo e da Igreja**

As Pastorais Sociais, instrumentos da ação da Igreja no meio do povo, são **comunidades do povo e da Igreja**. Têm o desafio de se fortalecer nestas duas dimensões. Não podem deixar uma para cultivar mais a outra. As duas se consolidam mutuamente.

**Nas comunidades cristãs**, as Pastorais Sociais hão de crescer sempre mais no conhecimento e no seguimento do Pastor, Jesus Cristo. São sólidas a mística e a fé que se expressam nas celebrações das Pastorais Sociais, a partir da vida e do Evangelho. Pé no chão e o coração no céu. Enquanto há setores da Igreja que querem devolver Jesus Cristo aos céus, as Pastorais Sociais procuram celebrar a sua encarnação, a sua humanidade. Para elas, Jesus Cristo é a presença do Deus vivo e companheiro que está ao seu lado nas lutas pela vida.

**No meio do povo**, as Pastorais Sociais enfrentam o desafio de crescer no seu compromisso em favor das lutas pela vida, pela justiça e pela fraternidade. Fora da água, o peixe morre, fora do povo, as Pastorais Sociais morrem também; perdem a sua identidade e função. É na prática das lutas e na análise e compreensão da sociedade, para poder transformá-la, que as Pastorais Sociais encontram sua identidade. A formação é elemento central para fortalecer sua identidade integral, para entender as profundas evoluções da sociedade em que estão envolvidas e onde é necessário discernir o que está a favor ou contra a justiça e a vida.

Instrumentos da ação da Igreja, as Pastorais têm uma visão da Igreja marcada por sua origem e sua missão, estando assim inseridas na dimensão da Igreja-serviço. Elas vivem integrando fé e história. Concebem, pois, a Igreja como comunidade de comunidades. O Concílio Vaticano II, na Constituição dogmática *Lumen Gentium*, apresenta a Igreja como comunidade, povo de Deus. A Igreja é também Igreja-serviço, quando dialoga com o mundo, quando é humilde e pobre e quer servir prioritariamente aos pobres e aos injustiçados. As Pastorais Sociais podem contribuir muito na construção desta Igreja em processo de constante renovação.

### **Crescer na articulação**

Nos últimos anos, as Pastorais Sociais, cujo número aumentou bastante, e os Organismos têm priorizado e fortalecido a articulação entre

eles. Na sua diversidade, são um tesouro para a Igreja. Algumas são mais antigas, têm uma longa experiência da análise crítica e de lutas, exercem maior influência na Igreja e nos movimentos sociais. Outras são mais novas, e não têm toda a bagagem das anteriores. São mais orientadas para a promoção humana ou para trabalhos de assistência aos necessitados. A articulação e a colaboração entre todas elas é crucial para fortalecer a identidade comum, para transmitir às mais novas o que há de melhor na história das mais antigas, para acolher o que as novas trazem para o conjunto. Caminhar junto aumenta a colaboração e a articulação, porém ainda há muito por se fazer em vista da perfeita comunhão e da superação de incompreensões.

Observadores consideram que as Pastorais Sociais são uma das forças sociais (ou 'a' força social) com maior capacidade de reunir e mobilizar. No entanto, sua presença e influência na sociedade não correspondem a esta capacidade de mobilização. As Pastorais Sociais foram e ainda são o berço de formação de muitas lideranças sociais ou políticas. Mas, apesar do apelo de Paulo VI, em 1971, para que os cristãos assumam suas responsabilidades políticas, são poucos os que atuam mais diretamente na política. Falta, muitas vezes, um acompanhamento aos que assumem responsabilidades políticas. É parte da vocação das Pastorais Sociais ajudar seus membros a responderem a essa missão.

### **Reforçar a pastoral de conjunto**

Para multiplicar os frutos de suas iniciativas, sejam locais ou nacionais, as Pastorais Sociais tentam integrar-se sempre mais à **Pastoral de conjunto** das Dioceses. Há um esforço para organizar encontros entre a Pastoral Social e os diversos outros serviços como Pastoral da Catequese, Liturgia, Família, Ecumenismo, para partilhar experiências, promover o conhecimento mútuo e construir uma pastoral de conjunto que integre melhor cada pastoral. Essa aproximação é muito fecunda, mas o caminho para maior integração ainda é longo.

## **Crescer no ecumenismo**

O ecumenismo também continua sendo um horizonte desejado. Ele acontece e é mais forte nas iniciativas concretas de solidariedade. As duas Campanhas da Fraternidade ecumênicas de 2000 e 2005 favoreceram a maior aproximação, mas, na prática, ainda se faz necessária maior abertura ecumênica por parte da Igreja Católica e das demais Igrejas evangélicas membros do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil). Há avanços lentos, é preciso cultivá-los.

## **Presença em todas as Igrejas locais**

Uma firme intenção das Pastorais Sociais é existir, organizar-se e atuar em todas as dioceses. O serviço da caridade é uma dimensão essencial da fidelidade da Igreja à sua missão. No entanto, ainda há Igrejas locais em que elas não são reconhecidas ou não recebem o apoio necessário para fazer um bom trabalho. Muitas vezes, por desconhecimento ou por receio dos conflitos e da dimensão política, elas não são integradas na pastoral de conjunto de Dioceses e Paróquias. Dependem muito ainda, da boa disposição dos padres para que possam existir. Por outro lado, cresce a consciência entre leigos e leigas de que a prática organizada da caridade faz parte de sua missão cristã.

## **Melhorar a formação**

A formação é uma dimensão central da vida, da consolidação e do crescimento das Pastorais Sociais e Organismos. As lutas são a universalidade dos pobres. Para qualquer um, a prática é essencial, pois, é a partir da prática e da experiência que se organiza e constrói a formação do agente. Existem muitas iniciativas e esforços para produzir subsídios nos vários níveis, tanto no campo da análise e da compreensão da realidade social, política, econômica e cultural, como no campo da Bíblia e da espiritualidade. As necessidades de cursos e

subsídios são imensas. Subsídios escritos ou audiovisuais existem e são muito bons. É possível organizar os cursos juntando várias pastorais ou em conjunto com alguns movimentos sociais. Recentemente a Pastoral Social coordenou a publicação de três livros sobre a “Doutrina Social da Igreja”, editados pela CNBB. A 4ª Semana Social Brasileira assumiu o compromisso de intensificar a formação dos agentes das Pastorais e dos quadros de militantes nos movimentos populares. A publicação deste novo livro sobre “A Missão da Pastoral Social” é outra valiosa iniciativa de formação.

O objetivo não é apenas acumular muito saber, mas formar-se para a transformação da sociedade e da Igreja, e para a própria transformação: a criação de mulheres e homens novos. Tanto nas reuniões dos grupos de base como nos encontros de planejamento e atuação, a metodologia é basicamente a da educação popular de Paulo Freire, sempre adaptada às necessidades dos participantes. Não se trata de formação acadêmica ou ‘bancária’, mas de uma formação a partir da vida, na partilha das experiências. O educando é o principal ator de sua educação. A metodologia desenvolve uma pedagogia ativa, participativa, de expressão livre de todos e todas. Uma metodologia democrática poderia ser mais freqüente tanto em nossa Igreja, como em organizações sociais e governamentais. Por isso, a promoção da participação sempre maior de todas as pessoas continua sendo uma meta.

Aumenta rapidamente a participação de membros das Pastorais Sociais ou de pessoas por elas mobilizadas, nos conselhos de direitos paritários municipais, estaduais ou até nacionais. Essa participação requer qualificação para apresentar e defender propostas em favor do povo. Há, pois, grande necessidade de capacitação. Aos poucos, ela vai sendo organizada com a contribuição de “especialistas” que partilham nossos valores, objetivos e metodologia.

Há também numerosas experiências concretas de processos de análise, reflexão e formação no campo novo, muito amplo, da economia

solidária, que se desenvolve rapidamente. Há também ali vasto terreno de atuação para as Pastorais Sociais. Enquanto se multiplicam as iniciativas, aparecem numerosos subsídios de reflexão e aprendizagem – alguns já bem elaborados – para responder à grande demanda existente em todo o país.

### **Por uma Ética do Cuidado**

Junto com membros de diversas organizações da sociedade civil, começa a reflexão sobre os novos desafios do clima e da destruição do meio ambiente. A tomada de consciência é recente. Acelera-se diante das graves ameaças para todas as populações, para os empobrecidos em particular, pois são eles as primeiras vítimas do processo de destruição do meio ambiente. As Pastorais Sociais podem promover, na Igreja, e assim, indiretamente, no conjunto da sociedade, uma cultura do consumo responsável, solidário e sustentável. Já chegou o tempo de semear e fazer frutificar em nossas vidas e em toda a sociedade a Ética do Cuidado, que defende e protege todas as formas de vida.

Na perspectiva do cuidado, mas já visando à construção de um “outro mundo”, um grande desafio está ligado à participação criativa das Pastorais Sociais na promoção do espírito e das iniciativas do Fórum Social Mundial. Pode-se e deve-se avançar, com grande criatividade e esperança, na descoberta de novas formas de ser, pelo testemunho e através de iniciativas, um fermento na construção de um “outro mundo”, possível e necessário - um mundo assentado na solidariedade; na cooperação; no reconhecimento, promoção e garantia dos valores humanos dos diferentes povos e grupos sociais; na convivência respeitosa e cuidadosa do meio ambiente e de todas as formas de vida. Ao mesmo tempo, é fundamental a criação de oportunidades para que esta perspectiva da construção de outro mundo possível, necessário e já em construção seja uma provocação evangelizadora para o conjunto da Igreja de Jesus Cristo, de modo

especial a provocando a retomar a construção do Reino de Deus em práticas de transformação do mundo atual, submetido a um modo de desenvolvimento estruturalmente causador de miséria, marginalização, exclusão e destruição da Terra, casa comum e mãe de todos os seres vivos.

As Pastorais Sociais têm sua identidade, seu protagonismo e não andam a reboque das muitas associações, movimentos e grupos que se articulam e se mobilizam para encarar os urgentes e gravíssimos desafios do futuro do nosso planeta, especialmente por causa do aquecimento global e das suas conseqüências no clima e na preservação da terra e da biomassa. Muitos militantes, membros das Pastorais Sociais ou formados nelas, têm papel ativo nos numerosos grupos de reflexão e mobilização que, na sociedade buscam caminhos para responder a tais desafios. É interessante notar que, enquanto os Fóruns Sociais diversificam-se e multiplicam-se, trazendo uma riquíssima contribuição para a construção de um “outro mundo”, consolida-se no Brasil a organização da Assembléia Popular, para responder à básica e rica pergunta: “que Brasil queremos, hoje e amanhã, para nós e para os nossos filhos?” O atual modelo de desenvolvimento, baseado no capitalismo neoliberal sem limites, leva a um grave impasse. As Pastorais Sociais trazem essas perguntas e experiências para “dentro” da Igreja, para que ela não fique à margem dos debates mais urgentes e importantes da história humana.



## Bibliografia

BEOZO, José Oscar (org.). *Espiritualidade e Mística*. 2ª Ed. São Paulo, Ceseq/Paulus. 1997.

BIGO, Pierre SJ, e AVILA, Fernando Bastos de, SJ. *Fé Cristã e Compromisso Social. Elementos para uma Reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo, Paulinas. 1983.

BOFF, Leonardo. *América Latina, da Conquista à Nova Evangelização*. Petrópolis, Vozes. 1992.

CASALDÁLIGA, Pedro e VIGIL, José M. *Espiritualidade da Libertação*, 2ª ed. Petrópolis, Vozes. 1993.

COMBLIN, José. *A Oração de Jesus*. Petrópolis, Vozes. 1972.

\_\_\_\_\_. *Um novo amanhecer da Igreja?*. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes. 2002.

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. *Leitura Orante da Bíblia*. Coleção Tua Palavra é Vida, vol. 1. São Paulo, Loyola/CRB. 1990.

DROBNER, H. *Manual de Patrologia*. Petrópolis, Vozes. 2003.

GUIMARÃES, Marcelo. *Conversando com os pais e mães da Igreja*. Petrópolis, Vozes. 1994.

GUTIERREZ, Gustavo. *Beber no próprio poço*. Petrópolis, Vozes. 1987.

LARAÑA, Ildelfonso Camacho. *Doutrina Social da Igreja: Abordagem Histórica*. Tradução de J. A. Ceschin. São Paulo, Loyola. 1995.

MESTERS, Carlos. *Com Jesus na contramão*. São Paulo, Paulinas. 1995.

POLETTI, Ivo; CANUTO, Antônio. *Nas Pegadas do Povo da Terra*. São Paulo, Loyola. 2002.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo, Paulinas. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. São Paulo, Cortez. 2006.

SETOR PASTORAL SOCIAL CNBB. *O Que é Pastoral Social*, Cartilhas de Pastoral Social 1, 4ª ed. São Paulo, Loyola. 2003.

SUESS, Paulo. *Introdução à Teologia da Missão*. Petrópolis, Vozes. 2007.

WILGES, Irineu. *Cultura religiosa: as religiões do mundo*. Petrópolis, Vozes. 1984.

ZILLES, Urbano. *Religiões, Crenças e credices*. Porto Alegre, PUC-RS. 1997.

## Sugestões para leitura complementar

### **Documentos de Assembléias Gerais da CNBB:**

Exigências Cristãs de uma Ordem Política, 1978.

Subsídios para uma Política Social, 1979.

Igreja e Problemas da Terra, 1980.

Solo Urbano e Ação Pastoral, 1982.

Nordeste: Desafio à Missão da Igreja no Brasil, 1984.

Exigências Éticas de Ordem Democrática, 1989.

Educação, Igreja e Sociedade, 1991.

Ética: Pessoa e Sociedade, 1993.

Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas, 1999.

Brasil – 500 Anos: Diálogo e Esperança, 2000.

Eleições 2002 – Propostas para Reflexão, 2002.

Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome, 2002.

Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006.



# Pastorais Sociais e Organismos da CNBB

## 1. Cáritas



**Missão:** A Cáritas Brasileira testemunha e anuncia o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

**Objetivo:** Trabalhar em defesa e na promoção dos direitos humanos em uma perspectiva ecumênica, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais.

**Endereço:** SDS, Bloco P, Ed. Venâncio III, Salas 410/414, CEP: 70393-902, Brasília-DF **Fone:** (61) 3214 5400 **Fax:** (61) 3214 5404 **E-mail:** caritas@caritasbrasileira.org **Site:** www.caritasbrasileira.org

## 2. Pastoral da Criança



**Missão:** A Pastoral da Criança é uma organização comunitária, de atuação nacional. Tem seu trabalho baseado na solidariedade e na partilha do saber para a vida plena da criança.

**Objetivo:** Desenvolvimento integral de crianças, da concepção ao seis de idade, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou política.

**Endereço:** Rua Jacarezinho, 1691, Bairro das Mercês, CEP: 88100-900, Curitiba-PR **Fone:** (41) 2105 0250 **E-mail:** pastcri@pastoral-dacrianca.org.br **Site:** www.pastoraldacrianca.org.br

### 3. Comissão Pastoral da Terra



**Objetivo e Missão:** A CPT, convocada pela memória subversiva do Evangelho e buscando ser fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, quer ser presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Para que assumam o protagonismo de suas lutas e de sua história.

**Endereço:** Rua 19, 35, 1º andar, Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO **Fone:** (62) 4008 6466 **E-mail:** cpt@cptnacional.org.br **Site:** www.cptnacional.org.br

### 4. Comissão Brasileira Justiça e Paz



**Missão:** Composta majoritariamente por leigos, a vocação da Comissão é assegurar - como órgão de estudos e ação, subsidiário da CNBB - a presença dos cristãos frente à questão social, a partir da perspectiva ética do Evangelho.

**Objetivos:** a) elaborar e publicar estudos relacionados com os ideais de justiça e paz e com os ensinamentos sociais da Igreja; b) à luz da doutrina social da Igreja e atenta aos movimentos sociais e políticos, aprofundar a reflexão crítica sobre estruturas e situações que contrariem aspirações e propósitos de justiça e paz e denunciá-las publicamente, bem como sobre a prática dos Direitos Humanos nos campos social, econômico, político e cultural; c) atuar no sentido de mobilizar a sociedade para o encaminhamento de respostas a essas estruturas e situações;

**Endereço:** SE/SUL, Quadra 801, Conjunto B, CEP: 70401-900 Brasília-DF **Fone:** (61) 3323 8713 **Site:** www.cbjp.org.br

## 5. IBRADES (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Social)



**Missão e Objetivo:** Proporcionar formação sobre a sociedade no plano ético e político na perspectiva da visão cristã do mundo e da ação solidária; valorizar a formação política para a cidadania; sensibilizar a Igreja para a urgência da presença da consciência cristã e de sua responsabilidade ética na dimensão política da realidade brasileira.

**Endereço:** SGAN, Quadra 601, módulo B, CEP: 70830-010, Brasília-DF **Fone:** (61) 3426 0400 **E-mail:** ibrades@ccbnet.org.br

## 6. CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social)

### CERIS

---

**Objetivo e Missão:** Contribuir para uma presença mais significativa da Igreja Católica na sociedade. Com estudos e pesquisas, estimular reflexões e práticas sociais transformadoras e, também, ações

que propiciem aos setores mais pobres e excluídos, melhoria de suas próprias condições de vida.

**Endereço:** Rua Dr. Otoni, 571/3s, Santa Tereza, CEP: 20241-400, Rio de Janeiro-RJ

## 7. Pastoral do Menor



**Missão:** “Promover vida digna à crianças e adolescentes à luz do Evangelho e contribuir para a transformação da sociedade”.

**Objetivo:** Estimular o processo que visa à sensibilização, à conscientização crítica, à organização e à mobilização da sociedade como um todo, na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco. Promover nos projetos de atendimento direto, a participação das crianças e adolescentes, como protagonistas do mesmo processo”.

**Endereço:** Rua João Pessoa, nº 16, Cx. Postal: 94 - 88801-970, CEP: 88801-970 Criciúma-SC **Fone:** (48) 3433 1581 **Fax:** (48) 3045 6313  
**E-mail:** secpamen@terra.com.br **Site:** www.pastoraldomenornacional.org

## 8. Pastoral da Sobriedade



**Missão:** Evangelizar apresentando o amor incondicional, gratuito e misericordioso do Pai; anunciar Jesus Cristo libertador através do

serviço, do diálogo e do testemunho de comunhão fraterna, integrando fé e vida e promovendo a dignidade da pessoa e da família. Contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária.

**Objetivo:** Prevenir e recuperar, aqueles em situação de dependência química e outras dependências, a partir da vivência dos “12 Passos da Pastoral da Sobriedade”.

**Endereço:** Rua Jacarezinho, 1717, Mercês, CEP: 80810-130, Curitiba-PR **Fone:** (41) 3339 1113 **Fax:** (41) 3336 9257 **E-mail:** cnbb@sobriedade.org.br **Site:** www.sobriedade.org.br:

## 9. Pastoral da Pessoa Idosa



**Missão:** Evangelizar através das ações de seus líderes comunitários, capacitados a realizar visitas domiciliares às Pessoas Idosas. A Pastoral zela pela formação contínua dos líderes voluntários, que unem fé e vida.

**Objetivo:** Assegurar a dignidade e a valorização integral das pessoas idosas, através da promoção humana e espiritual, respeitando seus direitos, num processo educativo de formação continuada destas, de suas famílias e de suas comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, para que as famílias e as comunidades possam conviver respeitosamente com as pessoas idosas, protagonistas de sua auto-realização” (Estatuto da Pastoral da Pessoa Idosa).

**Endereço:** Rua Jacarezinho, 1691, Mercês, CEP 80810-900, Curitiba-PR **Fone:** (41) 2105 0270 **Fax:** (41) 2105 0277 **E-mail:** secretaria@pastoraldapessoaidosa.org.br **Site:** www.pastoraldapessoaidosa.org.br

## 10. Pastoral Operária



**Missão:** Possibilitar maior presença da Igreja em meio aos trabalhadores/as e, ao mesmo tempo, ser maior presença de trabalhadores/as dentro da Igreja.

**Objetivo:** A Pastoral Operária é um espaço para reflexão da vida (formação e conscientização) dos trabalhadores/as à luz da Bíblia e da Doutrina Social da Igreja.

**Endereço:** Rua Guarapuava, 317, Mooca, CEP: 03164-154, São Paulo-SP **Fone:** (11) 2695 0404 **Fax:** (11) 6618 1077 **E-mail:** po.nacional@ig.com.br **Site:** www.pastoraloperaria.org.br

## 11. Serviço Pastoral dos Migrantes



**Missão:** Representa um espaço de encontro e de integração entre os diversos atores sociais que desenvolvem suas atividades no campo das migrações. Basicamente, atua em três setores: migrantes urbanos, temporários e imigrantes. O SPM promove, coordena, e estimula projetos sócio-pastorais em defesa dos migrantes, o resgate de suas raízes, sua inserção sócio-eclesial, postulando a idéia de uma cidadania universal. (cf. Primeira Carta de Pedro)

**Objetivo:** Suscitar, articular e dinamizar a organização coletiva dos migrantes, à luz de uma evangelização aberta ao diálogo intercultural, os leve a serem protagonistas da história, na construção de uma sociedade justa e solidária, sinal do Reino de Deus.

**Endereço:** Rua Caiambé, 126, Vila Monumento, CEP: 04264-060

**Fone:** (11) 2063 7064 **E-mail:** spm.nac@terra.com.br **Site:** www.migracoes.com.br

## 12. Pastoral da Saúde



**Objetivo e Missão:** Evangelizar com renovado ardor missionário, o universo da saúde, com opção preferencial pelos pobres, enfermos e sofredores, participando da construção de uma sociedade justa e solidária a serviço da vida, sinal do Reino de Deus.

**Endereço:** Av. Rio Branco, 946, Bairro Cazaca, CEP: 38400-058, Uberlândia-MG **Fone:** (34) 3217 6434 **E-mail:** pastoraldasaudena-cional@yahoo.com.br **Site:** psau-de-cnbb@uol.com.br

## 13. Pastoral Carcerária



**Missão:** Ser presença de Jesus Cristo e da Igreja Católica e promover a valorização da dignidade humana no cárcere.

**Objetivo:** Levar o Evangelho de Jesus Cristo às pessoas privadas de liberdade e zelar para que os direitos humanos e dignidade humana sejam garantidos no sistema prisional.

**Endereço:** Praça Clóvis Bevilácqua, 351, conj 501, CEP: 01018-001, São Paulo-SP **Fone:** (11) 3101 9419 **Fax:** (11) 3242 1983 **E-mail:** pcr.n@uol.com.br **Site:** www.carceraria.org.br

## 14. Pastoral da Mulher Marginalizada



pastoral da mulher marginalizada

**Missão:** Ser presença solidária, profética e evangélica junto à mulher, adolescente, jovem ou adulta em situação ou em risco de prostituição, buscando novas relações de gênero e incentivando o seu protagonismo.

**Objetivo:** Apoiar as mulheres quando em situação de prostituição a exercer sua cidadania, fortalecer sua auto-estima e ampliar seu conhecimento sobre as questões sociais, de gênero, saúde e trabalho.

**Endereço:** Rua Guilherme Maw, 64, casa 20, Bairro da Luz, CEP: 01105-040, São Paulo-SP **Fone:** (11) 3326 0663 **E-mail:** pmmnac@hotmail.com

## 15. Pastoral afro-brasileira



**Missão:** Busca animar as comunidades, proporcionando vivência eclesial, a partir da Palavra de Deus, da tradição da Igreja reafirmando os valores de suas culturas.

**Objetivos:** sensibilizar a Igreja para o conhecimento das questões afro-brasileiras; animar os grupos negros católicos existentes; incentivar o surgimento de novos grupos que buscam sua identidade numa sociedade e Igreja plurais.

**Endereço:** SE/Sul Q. 801 – Conj. “B” Brasília-DF CEP: 70401-900, **Fone:** (61) 2103-8300 **E-mail:** afro@cnbb.org.br

## 16. Pastoral do Povo de Rua



**Missão:** A Pastoral do Povo da Rua tem como missão ser presença junto ao povo da rua e do povo dos lixões, reconhecer os sinais de Deus presentes na sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de Vida para todos.

**Objetivo:** Estimular a promoção de ações junto à população de rua e catadores de materiais recicláveis que construam alternativas em defesa da Vida e contribuam na elaboração de políticas públicas.

**Endereço:** Rua Além Paraíba, 208, Lagoinha, CEP: 31210-120, Belo Horizonte-MG **Fone:** (31) 3428 8366 **E-mail:** pastoralrua@yahoo.com.br **Site:** www.pastoralpovodarua.com.br

## 17. Pastoral da Aids



**Missão:** A Pastoral da Aids é um serviço da Igreja Católica que promove vida saudável, incentivando o cuidado de si e dos outros.

**Objetivo:** Evangelizar, humanizando relações, superando preconceitos, discriminação e exclusão.

**Endereço:** Rua Hoffmann, 499, Bairro Floresta, CEP: 90220-170, Porto Alegre-RS **Fone:** (51) 3346 6405 **E-mail:** secretaria@pastoralalids.org.br **Site:** www.pastoralalids.org.br

## 18. Setor das Pastorais da Mobilidade Humana



**Missão:** O Setor Pastoral da Mobilidade Humana tem a missão de incentivar ações de solidariedade que favoreçam e fortaleçam os princípios de uma verdadeira cidadania para todo ser humano que vive em diferentes situações de mobilidade articulando as seguintes pastorais: Apostolado do Mar; Pastoral Rodoviária (da Estrada); Pastorais das Migrações; Pastoral dos Refugiados; Pastoral dos Nômades; Pastoral dos Pescadores; Pastoral do Turismo.

**Objetivo:** Favorecer o aprofundamento da temática da Mobilidade Humana e articular as Pastorais do Setor para a integração das atividades que a Igreja desenvolve neste âmbito, com vista a contribuir para uma nova sociedade na qual ninguém se sinta estrangeiro excluído.

**Endereço:** SGAN, Av. W5 Norte, Quadra 905, Conjunto C, CEP: 70790-050, Brasília-DF

**Fone:** (61) 3274 1288

**Fax:** (61) 3340 1232

**E-mail:** mobilidadehumana.cnbb@ccm.org.br

## 19. Pastoral dos Pescadores



**Missão:** Anunciar aos pescadores a força libertadora do Evangelho revelado aos pobres, respeitando sua cultura, para que, pela sua organização, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade, transformem as estruturas geradoras de injustiças.

**Objetivo:** Ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores, cultivando assim, as sementes do Reino que existem no meio deles; animar, formar e articular fraternalmente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta Pastoral; lutar por todos os meios necessários para a defesa e a preservação do meio ambiente.

**Endereço:** Av. Governador Carlos de Lima Cavalcanti, 4688, Casa Caiada, CEP: 53040-000, Olinda-PE **Fone:** (81) 3431 1417 **Fax:** (81) 3432 1948 **E-mail:** cpp@truenet.com.br **Site:** www.cppnac.org.br

## 20. Pastoral dos Nômades



**Missão:** Preservação e promoção dos valores religiosos, culturais e sociais dos nômades. Procura desenvolver suas atividades em consonância com as Diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e visa à evangelização integral e inculturada, a promoção humana e cristã das pessoas e dos grupos nômades, em particular: os ciganos, os que vivem em circos e parques de diversão.

**Objetivo:** Em suas atividades e metodologia, a PN caracteriza-se pela busca da encarnação evangélica e da inculturação, buscando o contato direto e até o convívio com o ambiente nômade, evitando qualquer forma de paternalismo e de dominação cultural.

**Endereço:** Praça Frei Calixto S/N, Centro, Cx Postal 02, CEP: 45820-970, Eunápolis-BA **Fone:** (73) 3281 4851 **E-mail:** pnomades@hotmail.com

## **21. Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome: (SMF)**



O Mutirão foi criado pela 40ª Assembléia Geral da CNBB, em 2002, como convocação para a luta contra a fome e a miséria e pela superação de suas causas. Busca articular ações voltadas a garantir alimentação adequada a todos, como um direito humano básico. Fundamenta-se no Doc. 69 da CNBB, *Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome. Alimento, dom de Deus, direito de todos*. Motiva-se nas palavras de Jesus: “dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37) e “eu tive fome e me destes de comer” (Mt 25,35). Por decisão da Assembléia da CNBB de 2007, o Mutirão passa a integrar a Comissão 8. Visa:

- ♦ Articular iniciativas para Superar Miséria e Fome (SMF) em âmbito nacional e regional (Doc 69, 57).
- ♦ Divulgar a proposta do Mutirão através de seminários e da mídia.
- ♦ Criar mutirões em comunidades carentes.

- ♦ Estender o Mutirão a outras Igrejas (Cf. Doc. 69, 57).
- ♦ Ser fator de unificação de programas semelhantes (Doc. 69, 56 e 57).
- ♦ Encorajar dioceses a assumir essa luta em seus planos pastorais (Doc. 69, 58).
- ♦ Colaborar no controle social das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e de distribuição de renda.
- ♦ Buscar uma profunda mudança de mentalidade e vida plena para todos (cf. João 10,10).

**Endereço:** SE/Sul, Quadra 801, Conj. “B”, CEP: 70401-900 Brasília-DF **Fone:** 61 2103 8300 **E-mail:** smf@cnbb.org.br

